



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 103

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2018

ANO VII



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	1841
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	1844
ADVOCACIA GERAL	1847
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	1848

TAQUIGRAFIA

27ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 30 de Maio de 2018

Presidência dos Srs.

EZEQUIEL JUNIOR - 2º Vice-Presidente
JEAN OLIVEIRA - Deputado
MARCELINO TENÓRIO - Deputado

Secretariado pelos Srs.

CLEITON ROQUE - Deputado
AÉLCIO DA TV - Deputado

(Às 09 horas e 19 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Alex Redano (PRB), Airton Gurgacz (PDT), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (MDB), Ezequiel Júnior (PRB), Geraldo da Rondônia (PHS), Jean Oliveira (MDB), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Leo Moraes (PTB), Marcelino Tenório (PRP), Ribamar Araújo (PR), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (MDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Anderson do Singeperon (PV), Hermínio Coelho (PDT), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (MDB), Luizinho Goebel (PV), Maurão de Carvalho (MDB) e Rosângela Donadon (MDB).

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 27ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário ad hoc) - Proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

Lida, senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Obrigado Secretário. Está em discussão à ata que acaba de ser lida. Não havendo observação dou-a por aprovada.

Quero aqui cumprimentar em nome da Mesa, o senhor Caio Marin, Presidente do SINDSAÚDE, seja bem-vindo representante da categoria da saúde, acompanhando os trabalhos aqui nesta Casa de Leis. Também registramos a presença do senhor Hans Miller, representando o Democrata Juvenil em Rondônia, seja bem-vindo, muito importante vê a nossa juventude se interessando pela política no nosso País.

O SR. EDSON MARTINS – Questão de Ordem Sr. Presidente? Só gostaria de registrar, cumprimentar a todos e registrar a presença do meu amigo Felipe, está lá no plenário, muito obrigado Felipe pela presença e registrar também e agradecer o Sr. Chico Pinheiro, um amigo lá do Município de Governador Jorge Teixeira, está visitando hoje esta Casa, muito obrigado, Sr. Chico pessoa muito querida lá do município de Governador Jorge Teixeira, acompanhado pelas suas filhas Adriana e Tânia e também o Laércio que é o genro e está acompanhando, muito obrigado pela presença, e o nosso amigo Jean, companheiro também lá de Governador Jorge Teixeira, muito obrigado pela presença e tenham todos bom dia.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda a leitura do expediente recebido.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário ad hoc) – Não há expediente, Excelência.

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretário: ALEX REDANO
3º Secretário: DR. NEIDSON
4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Carlos Alberto Martins Manvailer*
Departamento legislativo - *Huziel Trajano Diniz*
Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Passamos, então, as Breves Comunicações. Eu quero pedir aqui aos nobres Deputados que estarão utilizando a tribuna, respeito ao Regimento, pedir aqui ao profissional que controla a campainha para quando chegar nos 5 minutos soar a campainha avisando ao Orador que ele tem mais 1 minuto para encerrar a sua fala. Aqueles que tiverem um tema um pouco mais extenso, tem o Grande Expediente, se inscreva no Grande Expediente que tem 20 minutos, inclusive, com direito a aparte, agora é importante a gente cumprir o Regimento e cumprir com esse tempo das Breves Comunicações que é de 5 minutos, sem aparte. Então convoco para utilizar a tribuna neste momento, dentro das Breves Comunicações, o Deputado Cleiton Roque.

O SR. CLEITON ROQUE – Obrigado, senhor Presidente, cumprimentá-lo e todos demais Deputados aqui presentes, a imprensa que nos acompanha pelos veículos de comunicação, os servidores da Casa, o público aqui presente na galeria, uma saudação a todos.

Sr. Presidente, utilizo a tribuna aqui no Pequeno Expediente apenas para relatar a realização no dia de ontem no Palácio Rio Madeira do Seminário Brasil/Peru. Nós na última semana recebemos em Rondônia uma delegação liderada pelo Embaixador peruano no Brasil Sr. Vicente Rojas, ele estava acompanhado dos cônsules no Brasil, é uma delegação considerável que participou das discussões da 7ª Rondônia Rural Show e fez esse intercâmbio na manhã de ontem onde estiveram presente os representantes das federações do Estado de Rondônia, vários líderes empresariais, instituições financeiras no intuito de buscar cada vez mais a aproximação entre o Governo brasileiro, em particular, em especial o Estado de Rondônia, com o País vizinho o qual pode ser com toda certeza um dos grandes parceiros econômicos do Brasil e do Estado de Rondônia. Uma população considerável, o Peru hoje tem aproximadamente 32 milhões de habitantes e está aqui próximo, e a hora que nós observamos, quando nós olhamos, fazemos a análise da balança comercial Brasil/Peru e de outros Países é de ficarmos até mesmo chocados, Deputado Aírton. Nós precisamos aprender implantar no território brasileiro, e eu quero dizer aqui que Rondônia pode fazer o diferencial em relação a essa política externa, nós temos que implantar uma cultura mercantilista no povo brasileiro, se você buscar a origem da população no mundo, as que se desenvolveram, e vamos pegar o exemplo os últimos 40 anos da República chinesa, do povo chinês, o modelo implantado lá Comunista implantou a política Mercantilista e conquistou o mundo, nós temos que aprender a vender melhor o que nós temos de qualidade e às vezes ficamos brigando e querendo apenas disputar espaço no mercado interno sendo que você tem a condição de avançar muito no mercado externo. Quando você vê lá 'Rondônia vende carne para o Peru', lá a produção bovina deles é pequena, porém, quando você vê os números brasileiros e números americanos, Estados Unidos vende 20 vezes mais para o Peru do que o Brasil. O Brasil é um dos grandes produtores de soja do mundo, quando nós olhamos, Deputado Ezequiel Junior, o montante final da relação de 2017, a Bolívia deu 10 vezes mais o número de venda de soja para o Peru; quando você vai lá e olha o número da produção de arroz brasileira comercializado com o Peru, o Uruguai lá do outro lado, o Uruguai não faz fronteira com o Peru, o Brasil faz, dois Estados brasileiros fazem fronteira com o Peru, e quando você pega a relação da quantidade de arroz vendida para o Peru é insignificante a nossa comparada com a do Uruguai. Então, nós precisamos implantar na mentalidade do povo brasileiro, a mentalidade

mercantilista, nós temos que aprender a vender aquilo que nós temos de bom. Isso é desafio dos governantes, pega, como eu disse aqui, o exemplo da China. A China, desde as suas províncias, desde as suas localidades, ela pode ser lá no interior daquele País, lá tem o Departamento de Comércio Exterior, lá tem o representante que participa das exposições, dos seminários, para vender o que eles têm de melhor. Você pega o que eles avançaram nos últimos 40 anos com essa relação comercial, porque o grande desenvolvimento daquele País foi nessa política mercantilista, 'vou abrir comércio, vou descobrir para quem que eu vou vender', com toda certeza tem conseguido os avanços. Meu tempo se encerrou, senhor Presidente. Eu tenho inscrição no Grande Expediente, onde vou abordar um tema importante que todos nós estamos vivendo que é essa paralisação que envolve..., liderada inicialmente pelos caminhoneiros do Brasil. Obrigado, senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Cleiton Roque. Ainda nas Breves Comunicações, com a palavra por 05 minutos, Deputado Adelino Follador. Cinco minutos, viu Deputado? Com cinco minutos a campainha vai soar, avisando que falta um minuto para encerramento. Aí, se tiver outro assunto, se quiser continuar, tem o Grande Expediente, 20 minutos para o senhor falar à vontade aí, como sempre. Obrigado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Bom dia, é um prazer estar com o senhor Presidente, senhores Deputados aqui presentes, convidados. Gostaria que abrisse o vidro aí para ficar mais à vontade aí, o pessoal que está nos visitando aqui, Presidente. O senhor autorizar para abrir o vidro, que eu acho que é muito importante.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está autorizado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Gostaríamos de dizer que o Deputado Cleiton citou agora essa questão da paralisação e a gente não pode, nós não podemos nos omitir na situação que está o nosso País, na situação que se encontra. Nós sabemos que a população não está mais aguentando a situação que se encontra, as demandas, a falta de crédito da política em geral. Hoje nós temos o Presidente da República que de fato tem muito pouca credibilidade e também com tudo que está acontecendo neste País. E ontem mesmo, aqui no Estado de Rondônia, quando teve uma Operação, foram presas várias pessoas envolvidas no transporte escolar, são várias pessoas, a mídia falando em todo momento, 'tantos milhões de desvio'. E isso, cada vez mais vai denegrindo a imagem da política. E na realidade deveria, a população ficar irritada com os maus políticos, mas, infelizmente acaba criando uma imagem negativa na política geral. E quando se trata principalmente de recurso da educação, recurso do transporte escolar, que é incrível, que não dá nem para imaginar que Porto Velho, as crianças da área rural ainda não foram transportadas. Nós estamos com o primeiro semestre concluindo e não foi ainda puxado nenhum dia as crianças. Não conseguiu licitar, diz o Prefeito, o transporte escolar. Isso é uma vergonha! Todo mundo sabe que as aulas vão começar em fevereiro, já tinha que ter aberto a licitação o ano passado. Se esse contrato estava errado, por que não foi cancelado e feito um contrato novo? E ontem eu falei aqui nesta tribuna e volto a falar, e já denunciei várias vezes no mandato passado e neste mandato, o cartel das empresas de ônibus escolar. Há uma dificuldade, muitas vezes até do gestor, mas, ali, pelo que a gente vê em Porto Velho, de

superfaturamento, de questão de vários... Foi feito aditivo acima do limite e muitas irregularidades. Mas eu quero dizer que ontem nós tínhamos um projeto aqui para votar, que foi pedido vista, um projeto que facilitaria para as Cooperativas, para a Cooperativa pegar os ônibus de pessoas que compram ônibus e se associam nessas Cooperativas para poder ajudar a transportar os alunos da noite, os alunos que do transporte escolar. Então nós precisamos colocar mais gente para competir nesse mercado para poder facilitar. Então, esperamos que a semana que vem vai vencer o prazo de vista, esperamos que esta Casa vote, para que a gente altere esse artigo dessa Lei, que ela simplesmente abra uma exceção para as Cooperativas. Tem uma exigência, quando uma empresa abre, tenha dois carros quitados à disposição para poder abrir. E a Cooperativa não é dona dos carros. A Cooperativa é só intermediária de quem tem os carros e não tem, tem dificuldade de comprovar esse item, e a AGERO sugeriu essa mudança na lei e por isso nós estamos fazendo essa alteração. E com certeza o interesse público é acima de qualquer questionamento, de vício que foi citado. Então, eu quero deixar aqui registrada essa indignação, essa preocupação, hoje eu recebi o pessoal ali de Jaci-Paraná no grupo também que eu participo e o pessoal está reclamando, lá no Rio Pardo que também Porto Velho, essa reclamação do transporte escolar.

Então, eu quero deixar aqui essa nossa preocupação com a situação que se encontra esse País, eu hoje conversando lá no Sul aonde amigos meus que produzem 800 litros de leite por dia, tem um que produz 1.200 litros todo dia está jogando fora o leite, o País como está e o rio praticamente virou leite, porque lá os produtores têm uma linha onde mora a minha mãe todo mundo tem de 400 a 500, 600, 800 litros de leite que tiram por dia, tem que tirar e acabam jogando fora e aí está contaminando, inclusive, o meio ambiente, não tem mais onde por, Deputado Ezequiel. Então, os frangos estão morrendo, os porcos estão morrendo por falta de comida. Então, é uma situação muito preocupante, mas, nós esperamos que de fato aconteça, não queremos aqui questionar os caminhoneiros, a população que está questionando essa mobilização, mas, nós precisamos ter uma meta, nós precisamos ter uma pauta para que a gente possa colocar a Mesa e tentar resolver isso o mais rápido possível, que o prejuízo é muito grande para o País. Então, esperamos que isso ajude a resolver, de fato o combustível está se tornando quase que insustentável a questão, não é só o diesel não, a própria gasolina é insustentável esse preço e aqui no Estado de Rondônia também nós poderíamos vê a possibilidade, já falei, já fizemos um questionamento lá em Ji-Paraná que deveria sentar para a gente vê o que é que pode ser feito também junto com o Governo do Estado, junto aos Poderes e nós precisamos que sentem todos os Poderes em nível nacional: Executivo, Legislativo e Judiciário para que a gente consiga achar uma solução para que o País consiga melhorar, que a população volte a acreditar no nosso País, volte acreditar na produção que é a única maneira para poder circular o nosso País.

Então, deixo aqui minhas palavras, pedir desculpas, senhor Presidente que, às vezes, o tema é tão preocupante e a gente acabou aumentando um pouquinho o tempo aqui, mas, com certeza é um assunto que nós não podemos nos omitir de vir aqui falar sobre um assunto tão importante que é hoje essa paralisação é no Estado de Rondônia e no Brasil. Obrigado.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Obrigado Deputado Adelino.

Com a palavra ainda nas Breves Comunicações por cinco minutos sem apartes, o Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO – Sr. Presidente, nobres companheiros, eu venho aqui relatar uma reunião que eu tive hoje cedo com o Conselheiro do Tribunal de Contas, nosso amigo Benedito. A minha preocupação Deputado Adelino, Deputado Ezequiel nosso Presidente, em relação a vinda da carreta de cirurgia oftalmológica. O nosso Estado tem mais de 5 mil pessoas na fila do SUS esperando por uma cirurgia de catarata e essa carreta, Deputado Cleiton, por onde passou, ela praticamente zerou as cirurgias eletivas de catarata. Ela passou por São Paulo, ela passou por Brasília, ela passou pelo Mato Grosso, eles têm condições de fazer mais de 200 cirurgias por dia. Mas, o que é que está acontecendo? O porquê dessa briga? Até o Benedito foi muito prudente e relatou também que se preocupa com a saúde da população, mas, que recebeu o pedido da Associação dos Médicos Oftalmologistas particulares. A carreta, eles fazem a preço SUS, R\$ 760,00 uma cirurgia de catarata e o mercado particular em média, R\$ 5.000,00, R\$ 4.000,00 e o Governo vem pagando R\$ 3.000,00, R\$ 2.000,00, para cirurgias, então na verdade existe uma reserva de mercado. Essa briga, essa disputa toda é isso, onde essas carretas passaram foi comprovado que teve um efeito positivo muito grande e aqui em Rondônia está tendo um lobby. Teve um pedido para o Tribunal de Contas para suspender, já foi licitado para suspender essas carretas e o Tribunal de Contas suspendeu, Conselheiro Benedito. E em conversa com o Conselheiro Benedito ele realmente concordou comigo. Falou: “existe realmente as clínicas particulares, o próprio Ministério Público também já acionou questão da qualidade das cirurgias”; mas ele fará uma reunião com a Secretaria de Saúde, com o Ministério Público e com as clínicas particulares. Porque as clínicas particulares, elas, elas não fazem essa cirurgia pelos R\$ 760,00, que é o preço do SUS, elas querem os R\$ 3.000,00 ou mais. Então, eu fico preocupado porque eu conheço inúmeras pessoas que não têm condições de pagar a cirurgia particular e estão na fila, há um ano, dois anos, seis meses sofrendo e esperando. E agora quando tem esta grande oportunidade, estão querendo breçar...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem.

O SR. ALEX REDANO – Falar em questão eleitoral, mas, pode deixar para fazer a cirurgia depois da campanha, não tem problema. O que não pode acontecer é o Estado de Rondônia ficar sem esse grande benefício. Tem um aparte Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem. Quer dizer, qual a justificativa para impedir, para suspender esse trabalho? Qual a justificativa do Tribunal?

O SR. ALEX REDANO – O Tribunal de Contas recebeu a denúncia das clínicas particulares...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Dizendo da qualidade...

O SR. ALEX REDANO – As clínicas particulares estão falando que o pós-cirúrgico não tem uma boa recuperação, que o ambiente das carretas não é apropriado...

O SR. ADELINO FOLLADOR – E se foi atendido em Brasília, se foi atendido em todo o resto do País; Rondônia não faz parte do País? Lá não teve problema nenhum?

O SR. ALEX REDANO – O que está acontecendo Deputado Adelino, é puramente reserva de mercado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – E tem uma demanda reprimida que nem o senhor falou, Deputado Alex, parabenizar, tem uma demanda reprimida de tantos anos, e tem tanta gente desesperada com esse problema e nós temos que de repente tentar fazer alguma coisa, o senhor está trazendo um assunto muito preocupante, eu não sabia desta questão; mas, hoje os que estão sendo atendidos, eu vejo todo mundo satisfeito, não vi ninguém questionar e é preocupante mesmo. Nós temos que fazer, se for questão eleitoral, deixar para depois da eleição.

O SR. ALEX REDANO – Não tem problema.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mas, eu acho que Deputado Ezequiel, não é Presidente, eu acho que nós temos que fazer uma ação, de repente até chamar o Presidente do Tribunal de Contas aqui, para que a gente tenha um diálogo, e se tiver alguma coisa que está irregular, que ele se adeque, se tiver alguma coisa na carreta que tem que se adequar, eu creio que se for feito dessa maneira no resto do País, Rondônia faz parte do Brasil, não faz? Então, com certeza conte com o meu apoio naquilo que for possível.

O SR. ALEX REDANO – Obrigado Deputado Adelino. Eu tomei a liberdade de ligar para alguns Secretários Municipais onde passou a carreta e todos foram unânimes; a qualidade é altíssima, não tem, não tiveram problemas. A carreta não chegou a vir em Rondônia por que suspenderam, foi feito o credenciamento pela SUPEL e o Tribunal de Contas suspendeu a vinda da carreta que seria para começar agora. E incrível que dentro de 30 dias, 40 dias atende todo o Estado de Rondônia, eles fazem 200, 300 cirurgias por dia, são várias carretas. Então, isso seria muito bom para o Estado de Rondônia. Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Obrigado Deputado Alex Redano. Encerrada, portanto, as Breves Comunicações. Não temos mais nenhum Parlamentar inscrito. Passamos então a Ordem do Dia. Solicito ao Deputado Aécio da TV, que possa secretariar à Mesa neste momento. E solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura as proposições recebidas.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) - Proceda a leitura das Proposições Recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer a Mesa Diretora, que seja solicitado junto ao Poder Executivo do Estado de Rondônia pedido de informações.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, que solicite ao Poder Executivo cópia na íntegra dos documentos referente à Mensagem nº 112, de 21 de maio de 2018, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro até o montante de R\$

17.763.854,14, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Saúde – FES".

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de uma Sessão Solene, para o dia 21.06.2018, às 09:00 horas, nesta Casa Legislativa, para a concessão de entrega de Medalhas do Mérito Legislativo e Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia.

Lidas as matérias, senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura das matérias a serem apreciada. Antes, porém, Senhores Deputados; no uso das atribuições desta Presidência e com base no artigo 237 do Regimento Interno, incluo na Ordem do Dia nesta Sessão as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 924/18, autoria do Deputado Léo Moraes, em segunda discussão. Projeto de Lei Complementar nº 219/18 de autoria do Poder Executivo, em primeira discussão.

Solicito ao senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer à Mesa Diretora, nos termos Regimentais, a realização de uma Sessão Solene, para o dia 21.06.2018 às 09h00min horas, nesta Casa Legislativa, para a concessão de entrega de Medalhas do Mérito Legislativo e Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão o Requerimento de autoria do Deputado Dr. Neidson, está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 924/18 DO DEPUTADO LÉO MORAES. Que institui o Dia Estadual do Auditor de Controle Externo, e dá outras providências.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em segunda discussão o Projeto de Lei 924/18, de autoria do Deputado Léo Moraes. Está em discussão. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

Nós temos um Projeto de Lei Complementar aqui de autoria do Poder Executivo. Projeto de Lei Complementar 219/18, nós precisamos ter o quorum mínimo para apreciar esta matéria. Então, neste momento, eu vou proceder nos termos regimentais à verificação de Quorum. Peço aos Senhores Deputados que registrem novamente as suas presenças. Atenção Deputados que se encontram nos gabinetes, se dirijam ao Plenário.

Neste momento, estamos efetuando a verificação de Quorum. Temos uma matéria importante aqui de autoria do Poder Executivo a ser apreciada. Atenção Líder do Governo, Vice-Líder do Governo, brilhante Deputado Cleiton Roque, mo-

bilizar aí a Bancada de apoio ao Governo para apreciar esta matéria de autoria do Poder Executivo. Deputado Laerte Gomes, ilustre Líder e o Vice-Líder Deputado Cleiton Roque.

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

- Deputado Adelino Follador	- presente
- Deputado Aécio da TV	- presente
- Deputado Airton Gurgacz	- presente
- Deputado Alex Redano	- presente
- Deputado Anderson do Singeperon	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- presente
- Deputado Dr. Neidson	- presente
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Junior	- presente
- Deputado Geraldo da Rondônia	- presente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- presente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- presente
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Lazineiro da Fetagro	- ausente
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- presente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- presente
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- presente

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhor Presidente, questão de ordem.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Pois não Deputado.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Só para título de informação, após a votação no Grande Expediente, Pequeno, já foi grande e palavras de lideranças estão abertas, não é?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Breves Comunicações só aconteceram até agora. Têm ainda o Grande Expediente, Comunicações de Lideranças e Comunicações Parlamentares.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Eu gostaria de ser inscrito em Comunicações Parlamentares.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Atenção Senhores Deputados, apenas dez registraram presença. A matéria, não poderá ser apreciada hoje, se não tivermos o Quorum mínimo, pelo menos mais três, não é isso? Mais três Deputados.

Havendo quorum regimental com a presença de treze Parlamentares em Plenário, solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura da matéria a ser apreciada.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 219/18 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 113. Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 622, de 11 de julho de 2011, que “Estabelece normas para consignações em folha de pagamento dos servidores públicos ativos, inativos, pensionistas e empregados públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Rondônia e cria a estruturada Comissão Especial de Consignações – CECON”.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – O presente projeto encontra-se sem parecer pelas Comissões pertinentes, solicito ao Deputado Adelino Follador que possa emitir parecer em plenário.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mensagem 113, Projeto de Lei Complementar 219/18 que altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 622, de 11 de julho de 2011 que estabelece normas para consignações em folha de pagamento dos servidores públicos ativos, inativos, pensionistas e empregados públicos de Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Rondônia e cria a estrutura da Comissão Especial de Consignações – CECON. Então nós somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes sem emenda. O Deputado Jesuíno retirou a emenda que tinha. Então parecer favorável, sem emendas Sr. Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sr. Presidente eu queria discutir o projeto antes que a gente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Vamos primeiro votar o parecer?

O SR. JESUÍNO BOABAID - Não, não, eu vou pedir vista, por isso quero ver só uma situação da leitura do artigo que tem aí, é por isso que eu queria fazer aqui rapidinho um pouco, eu estava lendo, aí faltou, chegou os 13 Deputados,

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – O senhor quer discutir o parecer ou o projeto?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Discutir o parecer, é por que aí eu posso pedir vista, discutir o parecer.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão o parecer favorável emitido pelo Deputado Adelino pelas Comissões pertinentes. Está em discussão o parecer.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Em discussão, eu estou conhecendo o parecer eu vou discutir, ainda está na fase de vistas, que fique registrado. É por que tem uma situação aqui que está acrescentando nessa Lei o parágrafo 6º, no artigo 6º que diz: a limitação de 30% previsto no Caput desse artigo em relação às consignações facultativas; não alcançará as consignações previstas nos incisos II e VI do artigo 6º da Lei Complementar, devendo o servidor autorizar por meio do Termo de Opção, o valor que exceder a esse limite respeitado em todo os casos a limitação de 70% disposta no Caput. Só que eu estava analisando, no ano de 2015 foi aprovada uma Lei também aqui e está em vigor, a Lei Complementar 848 que também deu nova redação ao parágrafo 6º do artigo 7º, que diz: a limitação de 30% prevista no Caput desse artigo em relação as consignações facultativas, não alcançará as consignações dispostas do inciso II do artigo 6º desta Lei, devendo o servidor autorizar por meio do Termo de Opção o valor excedente a esse limite e respeitado todos os casos, o limite de 70% disposto no Caput. Então nós estamos acrescentando, é isso que eu queria discutir, nós estamos acrescentando então o inciso VI que trata do Seguro de Vida. Para suprimir, só que se suprimir a gente inviabiliza, por que aí não vai poder acrescentar, vai criar um buraco, é verdade vai ficar uma..., mas, eu quero dizer também a todos os Parlamentares que esse projeto tem ações, inclusive judiciais tramitando referente desse Seguro de Vida, a qual uma empresa operava. É

uma situação delicada, só que a decisão diz que não pode ter novos, é uma situação que aplica somente aqueles existentes. Eu analisando o projeto agora e com o parecer que foi juntado da Procuradoria, eu vejo que não há o porquê de inviabilizar o projeto e por isso que eu retiro, já foi dado o parecer de emenda, por que eu queria fazer a leitura, Deputado Presidente Ezequiel era no Caput. Então já que colocou só o inciso 6º não vejo nenhuma dificuldade de aprovar o projeto.

O SR. CLEITON ROQUE – Sr. Presidente até como forma até de esclarecimento do projeto, até onde eu tenho conhecimento dele e a gente tem dialogado com algumas entidades sindicais, tem vários deles representando os sindicatos aqui, o que ocorreu? O que ocorria? Ao longo dos anos foi estabelecido em Rondônia pagamento de um Seguro de Vida para os servidores do Estado e eles fizeram isso até recentemente, aí por uma medida do Governo foi retirado. O que acontece? Quando o Governo retirou esse desconto em folha acabou a cobertura desse Seguro de Vida para essas famílias que ocorria, se eu não me engano, em aproximadamente 20 anos que acontecia esse desconto, com a retirada, o que ocorreu? Teve vários sinistros de servidores que faleceram e as Seguradoras estão desobrigadas a efetuar esse pagamento. Deputado Ezequiel, colegas aqui presentes, isso é facultativo, quem não quer mais efetuar esse pagamento vai e comunica o setor de Recursos Humanos da sua determinada Secretaria e esse desconto é automaticamente paralisado. Então eu vi que foi criada toda uma situação, não é uma empresa só, a informação que eu tenho, são várias empresas credenciadas, a Seguradora vai lá e faz o credenciamento, preenche os requisitos estabelecidos, os critérios estabelecidos pelo Governo e ele passa a ter direito de efetuar esses descontos, então basicamente foi criada uma celeuma, na minha avaliação desnecessária, é a informação que a gente tem, a gente defende a aprovação desse projeto até porque tem mais de 4 milhões de reais já de benefícios que deveriam ser pagos e as Seguradoras estão desobrigadas de efetuar esse pagamento porque não está tendo mais o desconto. E assim, todos nós sabemos que seguro de carro, por exemplo, você deixou de pagar um dia, acontece alguma coisa a Seguradora está desobrigada de fazer a devida cobertura.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Obrigado Deputado Cleiton Roque, obrigado também o entendimento do Deputado Jesuíno que estava com uma emenda pronta e fez a retirada desta emenda.

Está em votação o parecer emitido pelo Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Está em primeira discussão e votação o Projeto de Lei Complementar 219/2018. Votação nominal, o painel se encontra aberto. Quem quiser discutir o projeto, pode usar a palavra, enquanto isso, vamos registrando os votos. Como é que o Líder do Governo encaminha a votação desta matéria?

O SR. LAERTE GOMES – A votação é a aprovação da referida matéria. Quero agradecer Sr. Presidente até aos colegas Deputados que concordaram em pautar este projeto hoje, nós estivemos aqui na parte da manhã na abertura dos trabalhos e os Deputados estavam presentes, o Deputado Adelino, Deputado Aécio, V.Ex^a que estava aqui na parte da manhã concordaram em pautar esse projeto, data vênua a importância dele

aos servidores, os sindicatos estiveram ontem visitando os gabinetes, e ontem não foi pautado devido que nós estávamos votando ainda a segunda votação dos projetos da Sessão de Ji-Paraná onde devido a Sessão ser transformada em solene no município de Ji-Paraná para que as autoridades locais pudessem colocar os seus pleitos, lá no Município de Ji-Paraná na Rondônia Rural Show, a Sessão de ontem foi para concluir, Deputado Adelino, a votação das matérias que foram votadas lá em primeira votação e ontem nós votamos em segunda. Então eu quero parabenizar os sindicatos que estiveram conosco e agradecer os Deputados que concordaram em colocar esta matéria na pauta hoje de manhã devido a importância dela para os nossos servidores estaduais. Só isso, Sr. Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Sr. Deputado Presidente, questão de ordem para discutir ainda o projeto. Em contato aqui com o Wildes, que é um grande representante dos sindicatos, principalmente da Educação, ele fez um apontamento que é interessante a proteção do Sindicato, o Sindicato, todavia, o servidor se filia a ele de forma facultativa, então a contribuição para o sindicato, a mensalidade fica prejudicada nesse texto, ele simplesmente está nos orientando aqui a fazer uma emenda no projeto, já foi passada essa fase, nós já estamos em primeira votação já com o painel aberto; em segunda votação apresentarei uma emenda e gostaria que Vossas Excelências analisassem com carinho.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Registramos a presença do Vereador Toninho da Agricultura, da Câmara de Alto Paraíso, seja bem-vindo a esta Casa de Leis. Solicito aos Deputados que registrem seus votos.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Anderson do Singeperon	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazineiro da Fetagro	- ausente
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Deputado Jesuíno; Deputado Aécio da TV, grande líder da capital, corrigindo seu voto aqui. Proclamando então o resultado, com 13 votos favo-

ráveis, nenhum voto contrário está aprovado o Projeto de Lei Complementar 219/18. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. DISPENSA DE INTERSTÍCIO. Requer à Mesa, nos termos do parágrafo único do artigo 199 do Regimento Interno, dispensa de interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação do Projeto de Lei Complementar 219/18.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão o Requerimento de autoria do Deputado Aécio da TV. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o Requerimento.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. AÉLCIO DA TV (Secretário ad hoc) – Não há mais matéria, Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, passamos então ao Grande Expediente. Com a palavra, por até 20 minutos, com direito a aparte, Deputado Geraldo da Rondônia.

O SR. LAERTE GOMES – só uma Questão de Ordem, senhor Presidente. Nós não poderíamos inverter a pauta, abrir a segunda Sessão para votar a matéria. Encerrarmos essa Sessão, os Deputados abrirem mão agora, abrindo a segunda Sessão para a gente poder votar a matéria. Aí, depois os Oradores vão estar à disposição para falar, devido ao pouco quorum que nós temos hoje no plenário.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Deputado Cleiton, o senhor concorda? O senhor está inscrito.

O SR. CLEITON ROQUE – Sim, eu concordo Excelência. Inclusive o nosso companheiro Deputado Geraldo também concorda, a gente fazer a retirada e falar após a segunda, na Extraordinária.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Deputado Marcelino está inscrito também. Então, na Extraordinária estão inscritos para uso da palavra o Deputado Cleiton Roque, Deputado Geraldo da Rondônia, Deputado Marcelino Tenório e também o Deputado Jean Oliveira, está inscrito nas Comunicações Parlamentares. O Deputado Adelino, possivelmente vai usar também um dos Expedientes aqui.

Encerrado, portanto, o Grande Expediente, sem Oradores inscritos. Passamos às Comunicações de Lideranças. Também sem Oradores inscritos. Encerradas as Comunicações de Lideranças, passamos às Comunicações Parlamentares. Também não há Oradores inscritos.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, Questão de Ordem. A gente votou em primeira discussão essa Lei, mas, eu vejo que ainda é temerária uma situação que surgiu pelo Deputado Jean Oliveira. Eu peço aos nobres Pares que esse projeto não seja pautado hoje em segunda discussão. Vamos conduzir essa discussão com as entidades, com os Sindicatos, porque a situação não é bem assim não. Analisando de uma forma..., que estava toda hora, 'vamos pautar, vamos pautar', o projeto che-

gou recentemente, para amanhã também ficar prejudicado Sindicatos, Associações, aí vai ser uma situação muito pior do que a gente estar aprovando projeto num acordo seguro, Deputado Jean. Seguro de vida é uma coisa que está sendo contestada, inclusive na Justiça. Eu peço que a gente não avance nisso não. Porque se colocar para pautar, se depender do meu voto, eu vou votar contrário agora.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Eu quero acompanhar o Deputado Jesuíno...

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Deputado Jean, já foi votado o Requerimento pedindo a quebra de interstício. Foi aprovado, então...

O SR. JEAN OLIVEIRA – Tudo bem, mas acontece que eu posso muito bem fazer uma obstrução aqui e não votar e não vai dá quorum. Tem 17, mas eu queria dizer aqui, Presidente, que a votação, essa segunda votação poderia ser adiada para melhor ser discutido esse projeto. Nós estamos ali com representantes sindicais que trataram essa matéria com alguns Parlamentares, que infelizmente não se fazem presentes na Sessão, e que gostariam de ter essa conversa conosco, com outros Deputados. Então, fica prejudicada a ação dos Sindicatos, uma vez que, não quer dizer também que o que eles estão trazendo vai ser apreciado por nós, mas, o direito democrático de discutir nós estamos cessando.

O SR. LAERTE GOMES – Mas os próprios Sindicatos estavam ontem visitando os gabinetes pedindo para aprovar a matéria, nobre Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mas, ontem nós colocamos na pauta, inclusive eu pedi para colocar na pauta a pedido do Sindicato, que ontem não foi votado e hoje vieram pedir de novo para aprovar.

O SR. LAERTE GOMES – Visitaram, ontem recebi vários Sindicatos.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Mas não como o projeto está.

O SR. LAERTE GOMES – Como está o projeto. Fizeram visita, os sindicalistas até, inclusive o da Saúde esteve...

O SR. JEAN OLIVEIRA – Então, os sindicalistas estão aqui fazendo o quê?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Ontem eles discutiram tudo e pediram para nós colocarmos.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Eles estão ali conversando individualmente.

O SR. LAERTE GOMES – Eu não estou entendendo o que eles querem, então. Ontem pediram uma situação, agora querem outra!

O SR. JEAN OLIVEIRA – Tem uma emenda aqui, mas fazer essa emenda sem uma discussão aprofundada, eu acho...

O SR. LAERTE GOMES – Mas não tem nenhuma emenda no projeto.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Tem.

O SR. LAERTE GOMES – Não, até agora não tem nenhuma emenda no projeto.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Até agora não, mas a partir de agora...

O SR. LAERTE GOMES – Não, mas emenda vai ter. Vai ver se vai ser aprovada ou não. Vai ver se vai ser aprovada a emenda ou não.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Eu vou, de uma forma democrática e transparente, eu vou fazer o seguinte, vamos colocar para o plenário deliberar.

Os Deputados favoráveis a discussão e votação desse Projeto num outro momento, permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Os Deputados que querem em outro momento a discussão e votação desse projeto permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

O SR. LAERTE GOMES – Não, Presidente. Aí o senhor tem que seguir a regra. Os Deputados que vão continuar a votar nessa Sessão, permaneçam como estão e os que querem votar em outra tem que se manifestar.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Não vai alterar, mas eu vou atender seu pedido. Os Deputados, então, que querem que essa matéria seja votada na próxima Sessão, daqui a pouco, na Extraordinária, permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, lembrando, lembrando Presidente que não basta só o número de Deputados que estão aqui não, tem Deputados aqui fora do Plenário que vai ser computado.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Deputado Jean, mas o que é que os Deputados estão fazendo fora do Plenário no momento da Sessão da votação?

O SR. JEAN OLIVEIRA – Ah! Mas o Deputado Laerte está questionando o rito de como votar.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) - Tem que está aqui, nós estamos aqui.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Voltou à votação ele pediu para mudar?

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Presidente Questão de Ordem Presidente?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Presidente, esse Projeto chegou aqui nesta Casa dia 22, por isso que está essa discussão aqui. Não passou em nenhuma Comissão para que os Deputados tivessem mais conhecimento, o grande problema nosso, desta Assembleia Legislativa aqui é que o Projeto chega, não passa nas Comissões e vem para Plenário para ser debatido aqui. Esse Projeto, ele tem que passar pelas Comissões, quando é Projeto que está esse debate aqui entre os Deputados para

que os Deputados, todos eles tenham conhecimento, se não tiveram, é porque não tiveram a condição de estar na sua Comissão, é por isso que existe esse debate neste momento aqui, porque o Projeto chegou, hoje é dia 29, chegou dia 22 e não passou pelas Comissões, por isso que está esse debate todo aqui que ninguém tem conhecimento desse Projeto. Você ter o conhecimento de um Projeto nesse momento com a dimensão desse Projeto, é por isso que nós votamos muitos Projetos nesta Casa aqui e não têm conhecimento, muitos Deputados não sabem a maioria dos Projetos que passaram nesta Casa, ele não sabe quais Projetos votaram.

Então Presidente, eu solicito que Projetos polêmicos vão para as Comissões para que todos os Deputados tenham conhecimento disso, é o nosso dever e nossa obrigação de todos os Parlamentares saberem o que está dentro de um Projeto, não chegar aqui de última hora, Deputado "a" ou "b" solicitar Projeto para ser votado a toque de caixa.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente só uma Questão de Ordem?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Eu não me incluo nos Deputados que o Deputado Marcelino disse que não tem conhecimento, porque eu tenho. Eu chego aqui antes, pego os Projetos aí tantos outros aqui. O Projeto chega a Casa, fica na Secretaria Legislativa e todos os Deputados têm a liberdade de ir lá e olhar e ler o Projeto, eu faço isso. Então eu não me incluo nisso, nesses Deputados que o Deputado Marcelino disse e tantos outros também não se incluem.

E dizer Sr. Presidente que esse Projeto aqui, eu não sei porque está dando essa celeuma toda, esse Projeto aqui, até o Deputado Jean disse aí eu respeito a questão, mas, os próprios Sindicatos, a sua preocupação é com os Sindicatos, os próprios Sindicatos visitaram ontem, Deputado Adelino, os gabinetes solicitando da importância de votar essa matéria que 12 mil servidores seriam prejudicados, inclusive, contando casos, acontecimentos, que aconteceu que servidor que não foi descontado o Seguro e veio a óbito e a família não vai receber nada porque o Seguro não estava pago do servidor.

Então, eu não estou entendendo qual a celeuma disso até para os próprios Sindicatos que agora estão, eu não sei se estão rediscutindo com o Deputado Jean ou com o Deputado Jesuíno, mas, quem fez esse apelo, esse apelo aos Deputados ontem foram os Sindicatos, foram os Sindicatos da urgência dessa matéria, inclusive, nominando nomes de servidores que faleceram e que se pagassem o Seguro a família tinha um direito a receber esse Seguro, essa apólice e não receberam porque não tinha sido descontado desse servidor.

Então, é essa celeuma que eu não estou entendendo. Os próprios Sindicatos ontem em meu gabinete, Deputado Adelino, foram 4, 5 Presidentes dos Sindicatos pedindo a urgência dessa matéria em prol dos servidores, de mais de 12 mil servidores.

Então, eu não estou entendendo qual que é agora essa celeuma de incluir aqui o desconto do Sindicato ou não, se é a pedido deles, Deputado Jean. Não estou aqui lhe questionando de forma nenhuma até porque Vossa Excelência como Parlamentar está dentro da sua razão, mas, é só essa dúvida que eu gostaria de esclarecer, porque ontem era uma posição do Sindicato e hoje é outra. Não estou entendendo.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Sr. Presidente, Nobres Deputados que estão compondo à Mesa, o Deputado Marcelino Tenório é Presidente da principal Comissão desta Casa que é a CCJ. Então, eu acredito que nas mãos dele chega os Projetos para serem analisados e distribuídos na 1ª Comissão, que é a 1ª Comissão que se analisa para poder seguir nas demais Comissões. O Deputado Marcelino é desconhecedor da matéria, eu sou desconhecedor da matéria, quero lhe parabenizar por Vossa Excelência ser um Deputado diferenciado e que conhece essa matéria porque acompanha um resumo do que o Executivo passa para Vossa Excelência, mas, muita coisa a gente precisa discutir, dentre situações como: Seguro de Vida; como será aplicado; qual é o benefício, a extensão desse Seguro ao servidor. Isso tudo, nem estou entrando no mérito, não estou nem entrando no mérito de quanto é importante o Seguro e de que forma que ele vai se estender ao nosso Servidor Público do Estado de Rondônia, mas, eu quero aqui dizer que, realmente, discutir um pouco mais esse Projeto não vai fazer mal nenhum e nem vai causar prejuízo para quem quer que seja esse Projeto uma semana a mais ser aprovado. Nós tivemos Projeto aqui que demorou um ano para se deliberar, quer dizer, foi deliberado durante um ano, foi discutido durante um ano e nós chegamos a uma conclusão, numa exausta discussão chegou ao entendimento que seria votado e houve votos contra, votos favoráveis; o projeto foi aprovado, foi recusado, vários projetos nesta Casa. Então, para que a gente possa fazer justiça social, que a gente faça a coisa certa, que a gente vote com um pouco mais de cautela, eu acredito que uma semana a mais, uma semana a menos não vai mudar a ordem do fator, que é o benefício.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Concordo com o senhor.

O SR. LAERTE GOMES – Só para concluir aqui, como o nobre Deputado me citou, meu amigo Jean Oliveira. Eu também faço parte da CCJ, Deputado, com certeza sob a presidência do nosso companheiro e a bela presidência que exerce, democraticamente o Deputado Marcelino, nós temos analisados principalmente junto com os mesmos, a maioria dos projetos na Comissão de Constituição e Justiça, onde o Deputado Adelino também faz parte. Mas, é importante dizer que o nosso Regimento, Deputado Aécio, ele também permite que seja dado o parecer aqui na Sessão. Então, como esse projeto mais uma vez, atendendo o apelo que os sindicatos fizeram, o Deputado Adelino vai falar isso; atendendo um apelo que os sindicatos fizeram ontem para nós, atendendo a isso que eles nos colocaram da questão do óbito de servidores, que se vierem a ter, a gente espera que não tenha; hoje estão descobertos do Seguro. É isso? As suas famílias não vão receber as apólices porque não estão pagando os Seguros. Essa só é a minha preocupação com esse projeto. Isso sendo verídico e eu creio que os sindicalistas, dizem que é verídico, que eles não iriam visitar o gabinete dos Parlamentares para poder dizer que não era verdade, eu acho algo que aí sim se torna uma questão urgente. Então, eu só queria ser colocado isso, Deputado Cleiton, só para dizer aqui por que, uma semana a mais; duas semanas; três semanas. Tem consequência sim, se vier, a gente espera que não aconteça, se vier acontecer de algum servidor que aderiu ao Seguro, vier a óbito, vai estar descoberto, porque não está sendo descontado o seu Seguro. Então era só isso que eu queria colocar.

O SR. CLEITON ROQUE – Viu Deputado Adelino, só complementando o que o Deputado Laerte falou e tem casos

de servidores que o desconto acontece há 20 anos e isso foi interrompido e esse montante já ultrapassa mais quatro milhões de reais de indenização que deveriam ser pagas e que as Seguradoras estão desobrigadas. Então, é esse tema que nós estamos debatendo. Agora, veja bem, aqui a maioria prevalece, eu entendo o posicionamento de todos os Deputados, a fala do Presidente da Comissão da CCJ, é oportuno, eu concordo com ele. Agora, o que está ocorrendo, trouxe ao plenário em virtude, a urgência de uma situação que está ocorrendo já há algum tempo e precisa ser corrigido. Então, eu defendo que esta matéria seja votada hoje.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero só complementar esta questão que o Deputado Laerte falou, que de fato nós fomos provocados ontem, o Deputado Cleiton também falou e aqui nesta Casa tem muitos Deputados também que eles falam, e ontem mesmo foi questionado aqui que tem que passar pelas Comissões. Mas, não deu quorum na Comissão dele ontem. Então, muitos Deputados questionam aqui, mas, não vão às Comissões e não deu quorum ontem em três Comissões. Então, nós precisamos falar e fazer. Eu faço, o Deputado Marcelino, aqui é Presidente da CCJ, graças a Deus somos uma equipe que a maioria sempre tem sido reunida, mas, ontem mesmo na questão do projeto que foi questionado aqui, logo em seguida teve a Comissão e não deu quorum. Então, precisa que o discurso feche com a questão e façam a sua parte cada um para que a gente não atrase os projetos. Agora, esse projeto quando se trata de servidor público, esta Casa tem que fazer justiça. Sempre votaram, sempre deram prioridade, sempre foi votado, dado o parecer aqui, porque quando é interesse do servidor público, principalmente se tratando de 12 mil servidores públicos que estão sendo prejudicados; a Casa deu prioridade e nós temos que dá, o Sindicato, ontem nós discutimos com eles, todo mundo concordou, inclusive, o Deputado Anderson tentou fazer uma emenda, depois ele mesmo retirou porque foi questionado por muitos funcionários. Então, eu acho que nós temos que votar, só temos que atender uma iniciativa, um pedido e uma construção que foi feita, esse projeto foi construído entre os servidores, junto com o Governo do Estado e nós estamos aí para apoiar e com certeza, principalmente que eu sou servidor público e faço parte desta categoria. Obrigada.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, eu, o meu encaminhamento aqui é para que a gente possa discutir isso. Não vai causar prejuízo nenhum. Ontem nós iniciamos votações aqui, paramos em primeira votação, elas não foram pautadas hoje, irão à semana que vem serem discutidas e a gente pode colocar essa votação de primeira com as outras de ontem que foram votadas em primeira, tudo numa votação só, na segunda votação que será terça-feira que vem. Não causa prejuízo nenhum. Agora, eu vejo o seguinte, se a gente fizer uma verificação de quorum aqui agora, não vai dá para votar esse projeto, não tem Deputado suficiente para votar esse projeto, não tem Deputado suficiente para votar esse projeto. Então, então eu gostaria que Vossa Excelência reanalisasse, isso é um PL ou um PLC? PL ou PLC? PLC, é impossível de ser aprovado. Eu peço para que não prejudique a matéria, Deputado Cleiton, porque vai ter que ter 13 votos. Eu não quero, eu já favorável em primeira; não quero votar contrário em segunda. O Deputado Jesuíno já declarou voto contrário. Então, se couber mais uma discussão, fica aperfeiçoado o projeto. Estou fazendo um apelo para Vossa Excelência para não prejudicar o Projeto.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Então, neste momento a Mesa acata o apelo, o pedido do Deputado Jean Oliveira, e esta matéria será deliberada em outra Sessão, próxima Sessão.

Nós havíamos combinado de na Sessão Extraordinária, como não vai ter, não vamos apreciar essa matéria. Então, nós voltamos ao Grande Expediente, para que os Oradores não sejam prejudicados aqui na sua fala. No Grande Expediente com direito a vinte minutos na tribuna Deputado Cleiton Roque, cadê o Deputado Cleiton Roque?

O SR. JEAN OLIVEIRA – Já está no Grande Expediente, encerrou a Ordem do Dia?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Encerrou a Ordem do Dia, o senhor está inscrito nas Comunicações Parlamentares, mais a frente um pouco. Deputado Cleiton Roque.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, a matéria não vai ser votada hoje? Não teve Quorum? Eu queria pedir verificação de Quorum agora.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Já passou Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Já passou?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Já foi deliberada, nós já estamos aqui...

O SR. LAERTE GOMES – Mas, estou pedido agora no momento à verificação de Quorum.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Não, mas, agora esse assunto já foi vencido.

O SR. LAERTE GOMES – Solicitar de Vossa Excelência, tem dezessete Parlamentares presentes, tem um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, no plenário, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, não existe no Regimento Interno este pedido do Deputado Laerte Gomes, não tem matéria a ser discutida, não tem matéria a ser discutida. Não existe, o senhor pode indeferir que não existe previsão regimental.

O SR. LAERTE GOMES – Quem é o Presidente, é o Deputado Jesuíno ou Deputado Ezequiel?

O SR. JESUÍNO BOABAID – O Senhor pode indeferir de forma regimental, acatando o Regimento. Já excedeu a Ordem do Dia.

O SR. LAERTE GOMES – É o Deputado Jesuíno ou é o Deputado Ezequiel, que está presidindo a Sessão?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Então, os senhores me deixem falar.

O SR. LAERTE GOMES – Eu gostaria que Vossa Excelência guardasse a minha palavra, eu estou fazendo uso da fala, que o Deputado interrompeu sem Vossa Excelência autorizar. Ele tem que aprender respeitar quem está com o uso da fala.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Este assunto já foi deliberado, depois de encerrada a Ordem do Dia, é matéria vencida. Deputado Cleiton Roque, na tribuna.

O SR. CLEITON ROQUE – Obrigado Senhor Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Obrigado Presidente.

O SR. CLEITON ROQUE – Senhor Presidente, apenas o silêncio, eu estou utilizando a palavra.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Senhores Deputados, vamos respeitar o Orador na Tribuna, por favor.

O SR. CLEITON ROQUE - Senhor Presidente, eu venho à Tribuna nesta manhã, em virtude, nós não podemos ficar alheio a toda situação que acontece em nível nacional em especial em Rondônia. Eu venho aqui me posicionar, dá a minha opinião a toda essa discussão que acontece em nível nacional sobre a greve inicialmente encabeçada pelos caminhoneiros, teve de fato uma repercussão em outros setores da sociedade. Então, eu venho a público dizer, Senhor Presidente, que toda e qualquer manifestação, toda e qualquer reivindicação, ela é legítima, e nós não podemos de maneira alguma marginalizar uma categoria tão importante para o Brasil, para os brasileiros como a categoria dos caminhoneiros que contribuem muito para a economia do nosso País, e são pais, são homens e mulheres honrosos que merecem o nosso respeito. É natural que chegou a um limite, a tolerância da população brasileira a algumas situações que ocorrem. Mas, o Brasil precisa, o Governo Brasileiro, as autoridades, Deputado Adelino, eles precisam atacar a doença, não o efeito dela. É natural que, o que é o efeito dela, é o quê? De uma hora para outra se tenta desmobilizar o movimento onde nós deveríamos estar trabalhando, onde devem ocorrer às ações, na doença qual é? Um custo do Brasil, um custo muito alto, excessivo, uma carga tributária excedente onde 40% do PIB, é consumido em tributos onde a sociedade não aguenta mais, enfim, onde a classe média, baixa, onde a classe média brasileira não suporta mais esse volume de tributo, e onde tem que ser atacado? Na redução desse custo. Eu vi, acompanhei atentamente essa discussão envolvendo a Petrobras. E aí eu não quero dizer se o Governo anterior, ele estava certo ou errado, eu não quero fazer, não é essa avaliação que eu estou aqui. Mas, é preciso reconhecer também que o Governo da Ex-Presidente Dilma, conseguiu durante certo período evitar esse aumento excessivo no preço do combustível. Após ascensão do Presidente da Petrobras, o Pedro Parente, ele com a postura totalmente diferente, olhando para o mercado querendo resgatar o prestígio da empresa, da SA, assim como também assinalar para o mercado, para os investidores, tentou num curto período de tempo tirar o prejuízo onerando principalmente lá no consumidor final, na população que abastece seus veículos de maneira legítima, se levantou. De maneira que dizer que o erro ocasionado pelo Governo Federal não pode passar despercebido, não pode passar em branco nesse momento, Presidente. É fato que o Comandante da Petrobras autorizado pelo Governo errou, Deputado Jean, quando adotou uma política de resgate da Instituição assinalando para os investidores, onde eles de fato colocaram a conta para a sociedade brasileira. E outro erro do Governo federal, querer que os Estados e os Municípios paguem a conta também, que está errado. Quem é o elo mais fraco nessa correlação de força? Além do contribuinte, além da população é o município lá ponta, que está sob a sua res-

ponsabilidade à educação, a saúde, a recuperação das estradas enfim, e de onde o Governo Federal quer pagar a conta. Então aqui dizer que o Governo erra quando adota essas medidas, que o Governo deveria adotar outras práticas. Começar pela redução do custo Brasil, começar pela redução desses tributos que ninguém aguenta mais. Dizer que um dos problemas ocorridos no Brasil, além dessa alta carga tributária que todos sabem, aqui tem uma maneira o seguinte: todo mundo tem um comportamento de lixidão da galinha de ovos de ouro, quem é a galinha de ovos de ouro? São as nossas empresas, nossas Instituições, em outras sociedades desenvolvidas, adota-se a prática, mesmo que ocorre o erro de um Executivo de uma Instituição, o que quê o Governo e a população faz? Ela protege as suas Instituições, ela protege as suas empresas, como ocorre nos Estados Unidos, nos países da Europa desenvolvida e mais recentemente na China. O que nós vemos hoje? Acontece um problema da relação Governo e empresa na China, cobra a fatura do Executivo, mas, ele mantém a proteção a empresa, a quem gera emprego, a quem gera tributos. E é isso que nós temos que implantar no Brasil também, um apoio e proteção ao empresariado, aquelas pessoas que geram empresas, essas pessoas precisam sim ser protegidas, por que a empresa, ela passa a não ser somente dos seus sócios, ela passa a ser patrimônio de uma sociedade. Uma empresa que gera 50 empregos, Deputado Marcelino, que gera emprego para esses pais de família, uma empresa que gera mil empregos, ela tem quer ter sim a proteção do Governo. Então nós estamos vendo uma série de situações, até tentando colocar a conta em cima de uma..., colocar a fatura em cima dessas empresas que não são de fato, não são as responsáveis. Quero dizer, Deputado Laerte, que o Governo, que a sociedade, nós precisamos adotar um modelo praticado por outra sociedade, por outros Governos, por outros Países que deram certo, onde pegam e eles protegem as suas Instituições, eles não colocam a culpa neles e nem tenta tirar, eu estou citando um exemplo do Governo Temer, que ele adota uma postura e jogar contra para o Estado, para o Município, tipo assim foi um erro da gestão na Petrobras nesses últimos anos que quis assinalar para o mercado, quis recuperar o prejuízo acumulado de 4, 5 anos numa ação de 6 meses, 8 meses, ou seja...

O Sr. Laerte Gomes – Um aparte deputado?

O SR. CLEITON ROQUE – Sim, Deputado Laerte Gomes.

O Sr. Laerte Gomes – Deputado Cleiton, Vossa Excelência traz esse tema aqui importantíssimo, tema do momento, todos nós reconhecemos essa grave crise que o setor de transporte rodoviário passando, principalmente os caminhoneiros autônomos, com um custo operacional altíssimo, Deputado Marcelino, de combustível, de manutenção de caminhão e todo dia subindo e não há transporte que resista a isso. E tanto provou a importância do sistema de transporte neste País que os caminhoneiros que está aí, agravada uma crise, uma crise já como disse o Ministro Blário Maggi, já preste a ter uma grave crise social. Eu digo assim que eu acho que o que precisa se fazer na questão do combustível mais especificamente, é se quebrar esse monopólio da Petrobras. Hoje; “a empresa é brasileira, é um patrimônio brasileiro”. É, uma parte, o resto são ações, mas, quem está pagando a conta disso tudo? É o cidadão, com um litro de gasolina quase R\$ 5,00 e com o óleo diesel esse absurdo de quase R\$ 4,00. O que quê nós precisamos fazer? O Brasil precisa fazer? Quebrar esse monopólio. Vossa Excelência lembra quando existia o monopólio de telefonia, de telefo-

nes que era a TELEBRAS se não me falha a memória que era a que detinha o monopólio. Você ficava na fila; as pessoas para comprarem uma linha telefônica ficavam na fila 4, 5 dias e ainda era um negócio que era caro, alugava-se telefone, depois quebrou o monopólio, Deputado Jean Oliveira, depois que quebrou o monopólio da TELEBRAS todo mundo hoje tem um aparelho telefônico, é celular, é fixo. Por que houve a concorrência, já pensou se nós tivéssemos só uma empresa de telefonia no Brasil hoje? A Vivo? O custo seria o triplo, não é? Hoje não, hoje tem várias empresas disputando o mercado na concorrência, é isso que precisa fazer com o combustível, com o petróleo no Brasil, quebrar o monopólio, enquanto não se quebrar o monopólio nós vamos ficar a mercê de uma só empresa, que a alcunha de dizer que é patrimônio nacional, tem que se valorizar, acaba fazendo todo cidadão pagar a conta com esse preço abusivo dos combustíveis, e nós também, como V.Ex^a falou, reconhecemos o direito dessa mobilização dos caminhoneiros.

O SR. CLEITON ROQUE – Exatamente Deputado Laerte, V.Ex^a está correto, o Governo precisa se decidir, se ele vai praticar política de mercado, então ele tem que de fato desestatizar a empresa, porque com isso ela vai otimizar, investir no barateamento do custo da extração, da refinação desse petróleo e com isso torna-se competitivo no mercado, vai atrair, inclusive, investimentos internacionais e é o que não tem ocorrido no Brasil, Deputado Laerte Gomes. As nossas refinarias estão trabalhando com a sua capacidade reduzida, com menos de 70% da sua capacidade as nossas refinarias, porque o Governo para ajustar essa questão está exportando o petróleo bruto e está importando o petróleo refinado, o combustível refinado, com isso também aumenta o custo. Por que está fazendo isso? Porque a empresa não se modernizou, o custo para a extração desse petróleo é alto e a paralisação do sindicato dos petroleiros no Brasil que começou, acho que ontem ou hoje é justamente por isso, está havendo a denúncia por parte deles de que o Brasil está errando, o Governo brasileiro está errando nessa prática. Então fica aqui de fato essa cobrança com relação à necessidade de uma profunda discussão. E por outro lado também, eu vejo todo mundo utilizando os meios de comunicação cobrando a redução da carga tributária, em especial a nossa questão local, eu também sou favorável. Mas, aí nós temos que atacar outra frente, Presidente Ezequiel, Deputado Marcelino, Deputado Jean, de que forma nós vamos repor essa receita, ou seja, nós não vamos criar novos tributos, correto? Correto. Nós vamos então reduzir o tributo, vai diminuir a arrecadação da viúva, está certo, o Estado, beleza, como que você vai manter e com que o Estado continue honrando seus compromissos? Aí é que está o desafio, o nosso desafio como lideranças políticas exercendo mandato que temos, como os governantes tem que fazer, a redução dos custos.

Analisando os últimos balanços, os últimos relatórios dos orçamentos do Governo de Rondônia nós temos lá, livre para o Governo cuidar, Deputado Marcelino, de preso, de aluno, de estrada, de doente, da segurança pública, o Governo tem lá os seus, não chega 4 bi, é 3 bi e 700, 3 bi e 800, fugiu o número exato agora da minha memória, mas, é mais ou menos isso. Quando você pega e soma o recurso dos demais Poderes, Deputado Marcelino, aproximadamente ultrapassa a cifra de 1 bi. Então o que eu vejo que as pessoas aqui, até aqui nesta Casa mesmo cobrando mais policial na rua, fazendo pressão junto ao Governo do Estado para cobrar mais policial na rua, correto, apontando que tem necessidade de você

contratar profissionais, porém, de onde o Governo do Estado, de onde os Executivos, isso eu falo de maneira geral, vai tirar o recurso? É aí que nós temos que ter também a maturidade e a responsabilidade para entender que o País está passando por um momento de dificuldade e precisa de decisões firmes e a decisão firme é começar cortando da própria carne, é começar cortando na própria carne, cortando o que tem de excesso e aí vai doer em todo mundo. É isso que é preciso que as pessoas entendam, porque ficar fazendo discurso populista é fácil, mas, porém, na hora de você colocar na ponta da caneta e dizer: olha, nós vamos ter que reduzir 700, 800 milhões de reais e vamos ter que tirar de algum lugar, cada um vai ter que fazer a sua parte, e os Poderes terão que fazer isso aí, porque não dá para isso ficar na conta do Executivo, não pode socorrer.

O Sr. Marcelino Tenório – Um aparte, deputado.

O SR. CLEITON ROQUE – Com aparte Deputado Marcelino Tenório.

O Sr. Marcelino Tenório – Deputado Cleiton, parabéns pelo seu pronunciamento, trazer a esta Casa este problema que assola não só o nosso Estado de Rondônia, mas, em todo o Brasil, e V.Ex^a está no caminho certo nas suas palavras, é o momento de toda população brasileira, principalmente quem exerce cargos públicos. Quando eu falo cargos públicos, Deputado Cleiton, são todas as pessoas, daquela pessoa que ganha um salário mínimo a aquele do Supremo Tribunal Federal que ganha seus, não sei se é 35 ou mil reais por mês; rever, olhar para si, olhar para dentro e vê o que está errado para que assim nós possamos ter um grande País. Desde o meu primeiro mandato, depois eu vou alongar mais isso na minha fala, que eu venho discutindo que o brasileiro, a população trabalhadora que gera renda e riqueza neste Brasil, Deputado Cleiton Roque, não cabe mais no bolso do poder público. O poder público acha que ele pode fazer e toda vez ele aumenta os impostos e a população brasileira não está..., os impostos, o poder público não cabe mais no bolso do trabalhador brasileiro. Mas, Deputado Cleiton Roque, só para colaborar mais com a sua fala e lhe parabenizar em trazer isso à tribuna nós somos legisladores, necessitamos de discutir exaustivamente essa discussão de impostos neste Brasil. Não só impostos, mas também o tamanho do estado brasileiro. Isto é, dentro das Prefeituras, dentro dos Estados, dentro do Poder Executivo, do Poder Judiciário em todo segmento que compõe o poder público brasileiro. Porque o cidadão que está do outro lado, que não faz parte desse segmento público não aguenta mais carregar esse elefante pesado nas suas costas. Parabéns, Deputado, pelo seu pronunciamento.

O SR. CLEITON ROQUE – Exatamente, Deputado Marcelino. Eu agradeço a Vossa Excelência pela intervenção. E Vossa Excelência, que nesta Casa é sim um Deputado exemplar, que as suas ações, Vossa Excelência, são concretas, acontece na ponta e o que Vossa Excelência fala, Vossa Excelência pratica. Essa defesa, por diversas vezes vi Vossa Excelência nesta tribuna, adotando essa postura. Dizer, Deputado Marcelino, que o momento é desafiador, é preocupante, porque naturalmente qualquer movimento que às vezes para, como esse movimento legítimo e que tem o nosso apoio, é fato, porém, também tem sequelas e tem repercussão. O que ocorre logo em seguida é o quê? São as demissões nas empresas, elas vão demitir naturalmente, elas não estão movimentando, elas não estão ge-

rando a sua receita, conseqüentemente vão demitir. Conseqüentemente, as demais instituições também já vão entrar no processo de atraso de pagamentos, enfim. Então, escalonadamente o que vai ocorrer é o quê? É o caos, de fato, implantado, onde essa situação já estava ruim, poderá ficar muito pior. Porém, agora a gente entende também que para haver um movimento do Governo Federal, teve que haver esse movimento legítimo, por parte desses pais de família, por homens e mulheres honrosos do nosso País, que de fato trouxe à tona a discussão e que o Governo Federal; vamos dizer aqui, cometeu uma série de erros e até mesmo na tentativa de arrumar soluções, jogou a fatura para os Estados, jogou a fatura para os municípios. Deputado Jean Oliveira está com a palavra.

O Sr. Jean Oliveira – Deputado Cleiton Roque, obrigado pelo aparte. Dizer que essa é uma discussão oportuna. É um tema em que nós constantemente estamos debatendo, seja na tribuna da Assembleia, seja nos bastidores, seja nas bases, nós estamos falando constantemente sobre esse assunto. O Estado, concordo plenamente com o Deputado Marcelino, precisa reduzir o tamanho dele. E também, acompanhado disso, nós temos que diminuir as regalias. Não tem como a gente trabalhar uma diminuição de impostos sem a gente diminuir as despesas, porque senão essa conta não vai fechar. Chegou o momento, que a gente sempre discutiu isso, em que a população brasileira, a população rondoniense chegou a dado momento em que não consegue mais arcar com essa taxação de impostos que nós temos. Chegou o momento em que ou se pede socorro ou todo mundo vai para o buraco. E se a população for para o buraco, quem dirá o Estado e essa República. Porque nós somos uma República que é abastecida pelo consumo e pelas mãos dos operários brasileiros, operários, eu falo de todos os sentidos, desde o homem do campo até o pedreiro que trabalha para uma empresa de construção, que constrói edifício de luxo. Se a gente não começar a analisar por esse lado, nós vamos ver que os impostos começarão a ser ainda mais sonogados. O Estado, quando ele aumenta a alíquota do ICMS, como já foi votado nesta Casa, e eu me manifestei contra e fui contra esse projeto, nós sabíamos que nenhum empresário vai reter o ICMS. Ele não vai abaixar o seu lucro, ele não vai diminuir o seu percentual de lucro, ele vai repassar toda tributação para o consumidor, vai acrescentar isso no seu produto. Então, eu queria dizer a Vossa Excelência que o primeiro passo que nós temos que fazer é uma reunião entre os chefes de Poderes, e que a gente possa participar. Não ficar somente discutindo entre Presidente do Tribunal de Justiça, Presidente da Assembleia, Procurador Geral de Justiça, Governador, nós temos que participar, como membros do Poder Legislativo e representantes legítimos da sociedade, nós temos que participar. Faço questão de que os demais Procuradores do Ministério Público participem, que os demais Desembargadores participem, que os demais Conselheiros participem, que os Defensores Públicos e que os Secretários do Governador, participem, por quê? Porque não dá mais para a gente chegar a esse nível. Nós temos aqui na Assembleia um dinheiro em conta que não está previsto em orçamento, nós temos dinheiro em caixa. O Tribunal de Justiça tem dinheiro em caixa, que são os superávits. O Ministério Público, todos eles têm dinheiro em caixa e esse dinheiro fica lá represando, represando, para daqui a pouco criar um projeto, que seja uma nova construção na Assembleia, que seja uma nova construção no Tribunal de Justiça, no Ministério Público, enfim, demanda para a Justiça, para o Ministério Público, para a

Assembleia, para o Tribunal de Contas, para a Defensoria sempre vai existir, mas essas demandas não se equiparam as demandas do Poder Executivo que é o Poder que faz Política Pública para as pessoas, porque quem dá educação para esse País desenvolver é o Executivo; quem dá segurança para esse Estado se sentir seguro, é o Executivo; quem trata da saúde da população é o Executivo. Então, o Poder que mais faz Política Pública é o Executivo. E pode apostar, Deputado, que existe, existe, já está existindo até mesmo nós que ganhamos salários bons, nós já estamos fazendo as nossas economias, nós já estamos diminuindo os nossos Projetos para a gente não gastar mais, agora imagina um assalariado? Isso tudo no final do mês tem menos consumo, havendo menos consumo existe menos arrecadação.

Então, nós temos que entender que se a gente diminuir os tributos, tanto em nível Federal como Estadual nós vamos passar a ter mais consumo e o que a gente vai perder de percentual a gente vai ganhar em quantidade, em volume, é isso que o Estado, que os Secretários têm que fazer é olhar para o lado social também é muito mais fácil aumentar uma carga tributária do que incentivar a população a enriquecer, porque ela enriquecendo, ela vai consumir mais, ela vai gastar mais, ela vai automaticamente contribuir mais para o País.

Então, a partir do momento que os Governantes tiverem essa visão de que se diminuir a taxação nós teremos mais consumo nós vamos equilibrar do mesmo tanto. Então, infelizmente, o caminho mais curto e mais fácil é aumentar os impostos. Fui contra, sou contra e sempre serei contra o aumento de ICMS e acredito que iria, inclusive, como membro da Comissão de Finanças e Orçamento a qual Vossa Excelência é Presidente, iria pedir para que a Secretaria de Estado de Finanças, junto com o Planejamento viesse aqui tratar conosco sobre como que está a arrecadação de ICMS em cima do combustível, para a gente olhar, observar isso, observar como que está essa arrecadação, quais são os impactos havendo uma possível diminuição, esta Casa acrescentou 1% na gasolina em 2015, nós subimos alíquota de 25 para 26 e eu acho que naquela ocasião, nós estávamos aumentando 12 a 13 centavos o litro da gasolina, acredito que hoje esse 1% já está em vinte e poucos centavos.

Então, o que é que acontece? Precisamos ter a responsabilidade de voltar a discutir, voltar a discutir por quê? Porque nós sabemos que a população não aguenta mais, esse manifesto dos caminhoneiros, é dos caminhoneiros entre aspas, é de toda a população rondoniense e brasileira. Nós não aguentamos mais a forma que esse País vem sendo governado. O Presidente da República é do meu Partido, mas, não significa dizer que eu concordo com a gestão dele, eu sou totalmente contrário a esse posicionamento rebelde contra a população, principalmente a população mais humilde que é quem sente mais ainda na hora de pagar os impostos. Então, muito obrigado pelo aparte Deputado.

O SR. CLEITON ROQUE – Eu que agradeço Deputado Jean, até o meu tempo esgotou, mas Vossa Excelência enriqueceu muito a minha fala, até porque Vossa Excelência também é conhecedor e eu entendo que mediante essa situação toda, o que é que nós precisamos? Nós precisamos começar Deputado Marcelino, para a gente cobrar alguma coisa de alguém a gente tem que fazer a nossa parte.

Presidente Ezequiel, Vossa Excelência no comando da Casa aqui que faz muito bem, comandando esta Sessão, Vossa Excelência sabe que para a gente cobrar alguma coisa nós temos que dar o exemplo, e Deputado Marcelino eu quero propor que a gente trabalhe a redução de 20% do Orçamento da Assembleia para 2019, que a gente possa avançar na discussão o que der 2018, agora, o momento é a gente cortar sim privilégios. Eu entendo que é possível fazer isso, eu estava fazendo uma conta rápida só para os senhores e senhoras terem noção, esses 20% corresponderia em aproximadamente, Deputado Marcelino, a 55 milhões de reais que em um ano a Assembleia economizaria e repassaria aos cofres do Executivo.

Então Vossa Excelência imagina o que nós não faríamos na agroindústria, na estrada, na saúde, na educação se nós começássemos essa redução e não é uma redução somente para o momento de crise não, são essas discussões que estão ocorrendo que cada vez mais a gente possa estar discutindo a redução desse percentual e esse recurso possa está sendo repassado para o Executivo, que é lá quem é o responsável para cuidar das estradas, cuidar de doentes, cuidar de presos, cuidar de investimento e a infraestrutura. O custo Brasil é alto e a hora que nós começarmos a fazer a nossa parte, nós teremos o direito de estar cobrando até mesmo do cidadão, cobrando de outros Poderes, cobrando de outras Instituições. A Assembleia precisa fazer a sua parte, porque nós somos os principais, o que estamos fazendo enfrentamento todo o dia; não basta só vir aqui na Tribuna e dizer que é favorável a manifestação, que é favorável a pauta de reivindicação. Nós temos que começar aqui e dizer como que nós vamos atacar essa doença que é o quê? Que é o custo Brasil, que a população tendo que pagar 40% de tributos, que é a soma de impostos, taxas e contribuição. Então o País não aguenta mais e a sociedade quando se levanta da forma que se levanta é porque não tolera mais essa situação. E outro desafio para o Governo Federal, daqui a 4 meses se tudo ocorrer conforme manda a Legislação a população vai as urnas e vai escolher o novo Presidente, novos líderes em nível nacional também, não só regional, não só estadual. É um momento de a gente fazer uma discussão que há 150 anos Deputado Jean, outros Países fizeram. Você vai aos Estados Unidos, você assistindo um filme de banguê-banguê lá, você já viu trem no interior dos Estados Unidos. Você vai à China, você vai à Índia, você vai à Rússia, o modal do transporte deles, Deputado Ezequiel Junior, é diversificado; você vê os Estados Unidos lá, ele dividiu a sua matriz de transporte lá, em rodovias, em ferrovia e a questão das hidrovias. No Brasil, só para nós termos uma noção aqui rápida e finalizar, Senhor Presidente, o modal de transporte no Brasil, é 61% rodoviário, com isso encarece o custo. É claro que para você fazer uma rodovia, é mais barato do que você fazer uma ferrovia. Mas, em 05 anos, Deputado Marcelino, a ferrovia já se pagou, enquanto que nós gastamos o ano passado só de manutenção das rodovias, quase dois bilhões de reais; enquanto que países que têm a mesma quantidade em ferrovias gasta aí, duzentos e cinquenta milhões de dólares, enfim. Então, é possível o Brasil iniciar um investimento e diversificar a sua matriz de transporte, sair também da dependência de somente rodoviário, investir na ferrovia, que eu entendo que seria a transformação do País, o que lá atrás quando tentaram por ques-

tões políticas, o Brasil um visionário que naturalmente se implantasse aquele modelo que ele estava propondo, o Brasil seria uma Nação totalmente diferente do que é hoje. Então, sair da dependência da rodovia para ser um investimento maciço em transporte ferroviário e hidroviário. Isso nós estamos falando a médio e em longo prazo e começar a tocar nesta ferida de imediato. E aqui eu quero propor aos nossos Pares uma discussão para que nós possamos reduzir o percentual do orçamento da Assembleia, em pelo menos 20% que é possível, Deputado Jean, é possível. Tem que sair dos discursos, das falácias, das palavras para a prática e largar de querer jogar a culpa somente no Executivo e lá ele é obrigado a aumentar a contratação de policial, é obrigado a aumentar o leito da UTI nos hospitais e sendo que não se aponta de onde vai o recurso. É hora de nós também virarmos sócio do Executivo...

O Sr. Jean Oliveira – Deputado Marcelino, só para colaborar com o Deputado Cleiton. Eu sou totalmente favorável e não acho que a carne tem que ser cortada somente no Legislativo. Eu acho que tem que ser cortada em todos os Poderes, nem que para isso o percentual seja menor do que esse que Vossa Excelência falou, que a gente possa fazer uma programação de 20 anos; o Michel Temer não fez um congelamento nas contas da educação e da saúde por 20 anos? Nós podemos fazer a mesma coisa com os Poderes; fazendo de forma invertida, ao invés de crescer, decrescer até chegar o montante que nós consideramos que seja possível também, os Poderes conseguem sobreviver, porque nós temos também aqui compromissos que precisam ser ajustados e planejados e eu acredito que é possível cortar na própria carne, até porque hoje nós temos superávit, salvo engano, esta Casa aqui tem milhões de reais em caixa que não são aproveitados e que vai acabar esse ano, o Presidente Maurão de Carvalho vai passar o comando da Assembleia para outro Presidente e esse dinheiro irá continuar nas contas, esse dinheiro poderia muito bem ser aproveitado para a saúde, para a educação com tranquilidade. Então, eu acredito que esse encontro de discussão, é aquilo que nós falamos, uma reunião entre os Poderes, não somente com os chefes dos Poderes, mas, com todos os participantes deles; os desembargadores, os procuradores, os conselheiros, os deputados, os defensores públicos, aqueles que compõem os conselhos administrativos do Poder a qual eles fazem parte.

O SR. CLEITON ROQUE - Senhor Presidente, eu finalizo minha fala, só reafirmando o nosso compromisso, o nosso apoio a esse movimento e combater qualquer forma de discriminação, de banalização desse movimento, até vi uma série de informações, mas, porém, o que nós temos muito claro na nossa cabeça; é um movimento legítimo e que precisa ter o apoio e não só o apoio, que nós possamos sair dessa levante da nossa população, nós podemos estar tirando de fato ações concretas que venham reduzir o custo Brasil, que venha desonerar a carga tributária, que venha desonerar a sociedade brasileira que não suporta, que não aguenta mais arcar com esse custo que é excessivo, um dos maiores do mundo. Obrigado Senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Ainda dentro do Grande Expediente, com a palavra por até vinte minutos, o Deputado Marcelino Tenório.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Bom dia senhor Presidente, Senhores Deputados, imprensa aqui presente, os cidadãos que visitam esta Casa na galeria da Assembleia Legislativa. Para iniciar senhor Presidente, senhores Deputados, fico triste, triste mesmo, esta tribuna, este Parlamento composto por vinte e quatro Deputados Estaduais, essa crise que começou aproximadamente dez dias da greve dos caminhoneiros, como falou aqui o Deputado Cleiton Roque, legítima a sua reivindicação. E os Parlamentares poderiam estar aqui todos os vinte e quatro, para este assunto que o Deputado Cleiton Roque trouxe a tribuna na qual também irei falar, para que todos eles tivessem uma percepção e também tivessem a sua decisão ou como se proceder. É no Parlamento brasileiro que está o maior problema neste Brasil, não é no Executivo nem muito menos no Judiciário. O Poder Legislativo se apequenou, ficou o menor Poder existente deste Brasil, mas, é ele que vai as ruas, que se submete a uma eleição trazendo o seu pensamento de trabalho para o seu Município, para o seu Estado e para o seu Brasil. É triste ver esta cena, como nós vemos lá em Brasília, os Deputados Federais e os Senadores da República, não estavam nem aí com o problema, o Brasil que para lá se lixasse, o povo brasileiro que se lixasse. Eu não faço parte deste Brasil, porque deu a entender isso, está dando a entender aqui também. Porque o maior Poder numa democracia como a nossa brasileira é o Poder Legislativo, e ele se esconde, não participa, não quer buscar algum entendimento para isso acontecer. Eu estou falando aqui, que aqui da Casa, são vinte e quatro Deputados, tem quatro Deputados aqui trazendo esta discussão neste momento, isso é muito triste, triste mesmo. Nós vamos estar numa eleição daqui a quatro meses, cinco meses e aí o eleitor vai perceber quem é que quer alguma coisa para este Brasil e quem não quer. Porque a maneira de fazer política, ela acabou-se em 2014, aonde a galinha dos ovos de ouro, a Petrobras e mais outro segmento brasileiro do Poder público, que financiava através de programas de trabalho, de empresas que prestavam serviço público neste Brasil, que subsidiavam milhões e milhões de reais, e isso parou. Mas, para isso não deixar acontecer se criou em 2015, o Fundo Partidário, que já vinha existindo. A época em 2014, quando poderiam as empresas fazer esse financiamento público; financiamento ele desonesto, porque necessitava que alguém colocasse recursos a mais para poder fazer as campanhas políticas. Em 2015, criaram, aumentaram o Fundo Partidário de 268 milhões de reais para 869 milhões, isso foi em 2015, e isso de acordo, o orçamento foi subindo, ele foi subindo também, aproximadamente eu acho que em 2018, ele deve estar chegando a um bilhão de reais. Esse Fundo é para custear os partidos brasileiros ou não? Não é partido, são siglas partidárias, partidos que eu conheço, que eu convivi há um pouco dos meus 54 anos, tenho dito isso aqui nesta Tribuna, que é, por mais erros que eles fizeram, PMDB, que hoje é MDB, Democratas que saíram do PFL, PT, PCdoB, PDT, PTB, e mais alguns outros partidos, o restante são siglas partidárias, são firmas constituídas para ganhar o dinheiro público do trabalhador brasileiro, sem prestar nenhum serviço a ele, nós estamos aí nessa campanha que se aproxima 2018, com trinta e cinco agremiações. Então, isso é uma vergonha para o Estado Brasileiro, criam-se trinta e cinco siglas partidárias nas quais elas sobrevivem com o dinheiro público. É muito

bom hoje um cidadão criar um partido, porque só em ele criar hoje, ele tem, na atual legislação que agora vai mudar nessas eleições, ele tinha aproximadamente um milhão e meio de reais para fazer dentro das normativas eleitorais gastar aqueles recursos. E sobre a paralisação dos caminhoneiros, eu imaginava, como falei várias vezes nesta tribuna aqui que o segmento que ia tomar essa decisão seria a classe estudantil desse Brasil. Eu imaginava que seria ele que iria tomar essa decisão, que lá atrás foi a força maior para derrubar Presidente, e sair as ruas e atingir as suas prerrogativas. Mas depois dessa eu achava que a outra força maior que ia fazer isso pela população brasileira seria a Ordem dos Advogados brasileiros, que pena, nenhuma dessas tomou essa decisão. E aí tomou essa decisão a parte mais fraca, aquele que trabalha diariamente, a noite transportando todo alimento, toda a necessidade da indústria, do comércio, da alimentação de todo o Brasil, os caminhoneiros brasileiros. Para você vê que essa greve legítima deles, por que eles não têm estradas para pelo menos andar nos seus caminhões que vivem quebrando toda hora. O preço absurdo dos combustíveis não é o preço absurdo, mas, sim os impostos sobre eles. E os caminhoneiros dentro da sua maioria, a população brasileira teve, ele teve 90% de aprovação do povo brasileiro. Para você vê o Poder Público do qual hoje eu estou, como nós Poder Público, quando eu falo não é só deputado estadual, vereador, Prefeito, senador, não é; Poder Público aquele cidadão que tem o emprego público, como nós estamos desmoralizados, todos nós. Há exceções? Sim. Que nem todo mundo é igual, mas, para você vê 90% da população brasileira apoiaram essa greve dos caminhoneiros. Então significa que eles estão dizendo que nós que fazemos o Poder Público e nós, principalmente nós deputados estaduais, vereadores, Prefeitos, Governadores, deputados federais, senadores e Presidente da República não estamos fazendo de maneira alguma o nosso dever, se nós tivéssemos fazendo, nós estaríamos em outro País, em outra dimensão, estaria, às vezes, eles reivindicando alguma melhoria a mais, mas, não tinha 90% de aprovação da população brasileira. Aqui falou o Deputado Cleiton Roque, sobre aonde existe o dinheiro, eu vou dá um pequeno exemplo aqui que aconteceu final de semana, mas antes de dar o exemplo, vou parabenizar e depois falar o que é errado; da 7ª Rondônia Rural Show, um evento em Ji-Paraná no coração do Estado de Rondônia, aonde houve negociações de mais de 530 milhões de reais. Este setor que produz alimento para alimentar a Nação brasileira e também fazer exportações, nela não existe corrupção, e por que não existe corrupção? Por que ela não vende para o setor público, e quando existe corrupção é por que aquele empresário quer agilizar o seu trabalho para exportar com maior velocidade, aí encontra um servidor público sentado numa cadeira e o processo dele ou a autorização dele fica parada, necessita que alguém vá lá e pergunte por que aquele processo não está andando. E com 3 ou 4 palavras sabe-se por que o processo está andando, necessita que o empresário vá lá e dê propina para ele, corrompido esse servidor, só por isso. Mas, você não vê produtores rurais desse Brasil envolvido em escândalo de corrupção, por que ele vende para outro segmento, ele vende para a população e vende para a exportação. Ele não depende de vender diretamente a maioria do que ele produz para o Estado, Município ou a União. Por isso que esse segmento está dando certo, está crescendo mais de 15%, enquanto os outros que vendem a maioria dos seus produtos para os Estados, para a União e para os Municípios, a maioria está passando dificuldade, o maior desemprego por que estão envolvidos em corrupções, mas, tem um cidadão sentado atrás de uma mesa, que é o servidor público que só passa, só anda se ele assinar e

para ele assinar ele precisa receber benefícios. Eu não sou o paladino da verdade, mas, tudo que eu procuro fazer; procuro fazer o melhor, tenho meus defeitos iguais todo cidadão tem, mas, o defeito do povo brasileiro em geral me incluindo nesse meio está demais. Iniciou-se em 2014 a Operação Lava Jato, prendeu um dos maiores empresários brasileiros, prendeu um ex-presidente que teve 85% de popularidade e hoje tem 35% de intenção de voto, e demais cúpulas de Governos, mas, não basta que todo dia você está vendo a Polícia Federal fazendo operação e prendendo pessoas que estão continuando a fazer a mesma coisa. Então o que está acontecendo no nosso Brasil? Nós perdemos a vergonha? Ser preso, deixar de ser preso, corromper ou ser corrompido virou banalidade? É muito triste para um Brasil como o nosso, um Brasil forte, um Brasil que tem aquilo que o ser humano precisa para a sua existência, água, alimentos e energia, e infelizmente está tudo errado.

O Deputado Cleiton Roque trouxe aqui que esta Casa tem recursos sobrando, e tem mesmo. Eu tenho dito não aqui, mas, agora começou a desvendar tudo isso, que nós tínhamos condições 2015, 2016, 2017, 2018 economizar aproximadamente 30 milhões de reais/ano, mas, essa decisão aqui, Deputado Cleiton Roque, para destinar para o Estado, para a Fonte 100 dele, essa eu não concordo, porque o Estado também não faz o dever dele que tem que fazer; concordo sim que os municípios solicitem recursos e seja diretamente constituído um convênio com os municípios, porque aí eu sei que esse dinheiro vai chegar na ponta, mas, se cair lá dentro do cofre do Estado não sei se ele vai chegar.

**(Às 11 horas e 55 minutos o Sr. Ezequiel Junior
passa a Presidência ao Sr. Jean Oliveira)**

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputado, só para falar para V. Ex^a que se nós conseguíssemos direcionar essa economia em saúde, educação, segurança pública e infraestrutura seria um grande avanço para o Estado, de forma que a gente pudesse quantificar quanto dessa economia seria passada para cada uma dessas pastas e de que forma isso seria colocado. Porque economizar por economizar para poder passar para o Executivo e o desperdício continuar não é o caminho, concordo com V. Ex^a, e eu acho que essa discussão nós não podemos deixar para uma segunda hora, esperando que um dia chegará algum Líder que fará esse encontro, acho que esse encontro já tem que acontecer e as ruas comprovam isso. Não é a primeira vez que os brasileiros vão para as ruas, isso é um sinal de que nós estamos pecando, de que a instituição política está falida e evidentemente é culpa dos políticos porque ao invés de colaborar com o que as ruas e a população estão clamando, parece muitas vezes que governamos de costa para o anseio da população. Evidente que precisa ser aperfeiçoado os gritos das ruas quando entrar numa proposta de reforma, mas, precisa-se urgente fazer essa reforma e nós não podemos achar que baixar o óleo diesel está resolvido, baixar a gasolina está resolvido, é a forma como o Governo vem operando, é a forma. Nós precisamos, nós mesmos que estamos aqui no Estado como parlamentar estadual, nós precisamos também de repente fazer o exemplo para que o Governo Federal..., deveria ser ao contrário, deveria ser o Governo Federal agir para dá exemplo para os Estados, Deputado Ribamar, deveria ser o contrário, não é uma Câmara de Vereadores, uma Assembleia Legislativa que vai tocar no coração daqueles Parlamentares que estão no Congresso Nacional a fazer essa reforma em nível de Brasil, ao contrário, se fosse uma reforma em nível de Brasil naturalmente nós aqui

teríamos que nos adequar, mas, acredito que a gente tem que começar a fazer o nosso dever de casa. Não dá mais para aguentar, não dá mais para aguentar, é revoltante, a população está revoltada com toda razão, o modus operandi dos últimos 16 anos, não diria nem 16, diria desde que a democracia foi reinstalada. A mídia, agora, só tem uma diferença, Deputado, que tudo que acontecia desde a redemocratização deste País, até o presente momento, acontecia lá no início. Só que nós não tínhamos smartphone, nós não tínhamos WhatsApp, nós não tínhamos internet de forma universal, nós tínhamos uma dificuldade muito grande. E isso fazia com que a falta de informação imperasse e a sociedade brasileira, sem informação, não sabia o que acontecia. Hoje, se nós quisermos saber o que é que está acontecendo neste momento em Berlim, na Alemanha, em Frankfurt; em Paris, na França, neste momento acessa que a gente sabe o que está acontecendo agora lá. Então você vê que a informação veio e assim vão ser as atividades públicas. Elas vão ter mais transparência, elas vão ser mais monitoradas e a população quer resultado. Chega de contribuir, chega de pagar para o governo e não ter o benefício retornado através de segurança pública, saúde e educação. Muito obrigado, Deputado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Obrigado, Deputado Jean Oliveira, pelas suas palavras de complementação desse momento. E como eu estava aqui no meu pronunciamento, quando eu falei aqui que nós não podemos devolver para o Estado, para que ele faça da sua forma, isso eu não concordo. Porque chega lá, nós não vamos ter a condição de fiscalizar esse recurso e ele vai dissipar-se e não vai atender nada. Para nós fazermos essa devolução, nós precisamos que sejam direcionados, fazer os convênios com os municípios de todo o nosso Estado de Rondônia para que ele esteja esse benefício. E aí eu sei que vai melhorar cada vez mais. Em se falando da Rondônia Rural Show, nós estivemos lá, o Poder Executivo; são essas situações que não é corrupção, mas, é desperdício do dinheiro público. Lá tinha mais órgão público do Estado de Rondônia do que quase stands para serem apresentados. Lá é um lugar, Rondônia Rural Show é um lugar onde nós vamos apresentar nossas culturas empresariais que têm no Estado de Rondônia, os equipamentos que vão, está ali para subsidiar o produtor fazer as suas compras, a tecnologia que tem, mudou-se o Poder Executivo, desceu para Ji-Paraná. Quanto custou só essa transferência do Poder Executivo para o Estado, para a população do Estado de Rondônia? Mas nesse mesmo caminho eu coloco esta Casa, quando se colocou, que passou na Comissão de Constituição e Justiça, eu falei que eu não ia votar ao contrário e vinha para a tribuna. Porque eu não concordo que se transfira uma Assembleia Legislativa para a Rondônia Rural Show. Eu não sei quanto foi gasto. É por aí que a gente começa a perceber que o Brasil não dá certo, que quem toma conta do dinheiro público não tem capacidade de segurar ele. Nós poderíamos sim ter lá um stand, a representação da Assembleia Legislativa divulgando as suas ações num painel, aí sim. Não carregar toda a estrutura para fazer Itinerante na cidade de Ji-Paraná, como foi feito em vários municípios, ao longo desses 11 anos, dos quais eu fui uma, duas ou três, na quarta eu não fui mais. Nós estamos saindo do nosso objeto, do nosso objetivo. Então, quando eu falo que nós temos que ter consciência, temos que começar também por aqui. Aí nós vamos ter os

impostos mais baratos, porque o dinheiro vai sobrar. O dinheiro vai sobrar para fazer educação, para fazer saúde, para ter mais segurança, habitação, saneamento básico, investimentos. O nosso Estado de Rondônia, hoje, não tem quase investimento para investir dentro do Estado. As rodovias nossas, estaduais, a maioria está em péssimas condições. Isso é porque o Estado não quer? Não, pessoal, é porque não existe financeiro para isso. O financeiro mudou de lugar. O dinheiro, Deputado Jean Oliveira, Presidente, está neste momento nos gastos excedentes, aqui nos privilégios, mordomias que o setor público tem e nos Poderes constituídos deste Estado de Rondônia. Se esse Brasil, a força maior, que é o Poder Legislativo, não tiver consciência de fazer políticas públicas, o Brasil não tem jeito. Se este Brasil, o Deputado Estadual, Federal, Senador da República que foi eleito nessas eleições seja ele qual for, pelo menos se a metade não tiver a consciência que ele não pode trocar o mandato que a população lhe preferiu nas urnas, nós vamos ter um grande Brasil.

Está aqui o Deputado Aécio da TV, eu não queria trazer isso a Tribuna e falei para os meus companheiros aqui da Assembleia, mas, eu falei o seguinte que eu não posso carregar esse peso sozinho nas costas. Em 2015 eu coloquei esta Casa para nós fazermos esse trabalho que o Deputado Cleiton Roque aqui mencionou e fiz um compromisso com o Presidente Maurão de Carvalho: “voto em Vossa Excelência Presidente, só quero uma coisa sua, de todo o recurso destinado ao meu gabinete e a minha verba indenizatória, tudo que eu economizar durante o ano, Vossa Excelência me devolverá, devolverá assim, o município vai solicitar a sua necessidade, a Secretaria vai solicitar do Orçamento da Assembleia e nós vamos fazer um PL e devolver do nosso Orçamento”. Esses três últimos anos eu economizei daquilo que eu tenho direito como Deputado que está no Regimento desta Casa, 1 milhão de reais. Está aqui do meu lado o Deputado Aécio da TV, com seis, oito meses de mandato ele sentou: “Tenório, o que é isso que Vossa Excelência está pensando?”. E coloquei para ele como é que eu estava fazendo. Em 2015 economizei 300 mil reais, coloquei mais 1 milhão e meio de reais e executamos no Município de Ouro Preto do Oeste 1 milhão e 800 mil reais, fizemos 12 quilômetros e meio de recapeamento das ruas no nosso Município lá de Ouro Preto e mais 6 quilômetros de lama asfáltica. 2016 e 2017 juntei os dois anos 700 mil reais, está lá, o Prefeito vai licitar dia 07 agora, a Prefeitura entrou com 590 mil reais, nós vamos fazer mais 3 quilômetros de bloqueamento de ruas, são 28 ruas que são beneficiadas e o Deputado Aécio da TV me perguntou como é que eu estava fazendo e ele nesses três anos de mandato, ele economizou eu acredito que 1 milhão e 700 mil reais. Eu não consegui economizar o quanto o Deputado Aécio da TV; o Deputado Aécio da TV, ele faz a sua política em Porto Velho, ele tem um Programa de Televisão que ele pode falar com mais de 600 mil pessoas, eu trabalho com 10 municípios, eu preciso estar em todos os 10 municípios, eu preciso ter em cada município desses pelo menos um assessor parlamentar para me trazer subsídio para poder aumentar o meu trabalho. Mas, ele já economizou 1 milhão e 700 mil reais daquilo que ele tem direito e ele colocou outdoors e ele chegou para mim: “Deputado Tenório, vamos fazer isso também, colocar outdoors”. E eu para respeitar meus companheiros não fiz. Mas, o que eu estou vendo no dia a dia; eu não consegui mais segurar essa onda, porque a maioria não tem essa mesma dedicação. Então, nós precisamos ter essa cons-

ciência para que isso chegue à ponta final que é a população brasileira. Às vezes nós que ganhamos um salário adequado, que temos Plano de Saúde, às vezes não percebemos isso que bem ao lado nosso tem um cidadão casado, pai de dois filhos que ganha só um salário mínimo para sobreviver e quando o filho dele adoecer, ele necessita do serviço público, ele precisa que pelo menos o filho dele seja bem atendido, ele precisa que o filho dele seja medicado, mas, da maneira que estamos conduzindo esse Brasil, aquele filho daquela pessoa que depende do poder público, depende do Estado brasileiro, infelizmente, ele vai chegar a óbito.

O Sr. Aécio da TV - Deputado eu queria que se possível, Vossa Excelência me concedesse um aparte?

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Concedo aparte ao Deputado Aécio da TV.

O Sr. Aécio da TV – Deputado Marcelino eu quero parabenizar Vossa Excelência por esse discurso. O nosso País e eu ontem eu tive oportunidade de dá uma entrevista aqui para uma emissora que eu acho que viu a postagem lá na minha página no facebook e aí a emissora já veio com o meu nome para fazer uma entrevista sobre o tema desta greve. Porque eu me posicionei lá na minha página falando que essa greve dos caminhoneiros, ela não é uma greve de caminhoneiros. Essa greve de caminhoneiro ela é igual aos dez centavos de 2013 da passagem do ônibus. A insatisfação da população em geral com o sistema político brasileiro, ela é uma insatisfação com o sistema, essa máquina pesadíssima de Executivo, Legislativo e Judiciário que faz com que a população brasileira pague uma das maiores cargas tributárias do mundo, 42% do PIB e que não chega o serviço de qualidade lá na ponta para o contribuinte, para a população; saúde, segurança, estrada, infraestrutura em geral, educação e a população está insatisfeita porque ela não vê solução do problema, ela sabe que não vai mudar, esse sistema que está aí que é essa máquina engessada que custa esse absurdo, só vai mudar quando as pessoas começarem a se tocar, como Vossa Excelência fez há 4 anos. Quando Vossa Excelência chegou à conclusão: eu estou custando muito caro para sociedade e eu preciso renunciar um pouco desses penduricalhos para devolver para a sociedade. Vossa Excelência estava falando de economia, eu lembro muito bem que, sem fazer nenhum esforço, eu já fazia isso na Câmara Municipal; aí o primeiro ano, só de verba indenizatória eu economizei 267 mil nos 11 primeiros meses; não entendia nem o quê que era e tal. Aí, Vossa Excelência falou que utilizava aquela economia. Quando chegou ao segundo ano, em 2016, eu dei uma arrochadinha na verba indenizatória, economizei 400 mil da verba indenizatória de 2016 e mandamos lá para a construção do Hospital do Câncer, que é a forma de estar atendendo toda a população de Rondônia. Mas, foi através do seu exemplo que eu descobri que a gente podia fazer isso. Em 2017 a minha economia já foi de 1 milhão 127 mil; porque aí eu já arrochei mais na verba indenizatória, na verba de gabinete, eu entendo a minha forma de fazer política diferente; eu estou aqui na Capital, eu estou numa base de 529 mil eleitores e que eu tenho que dar satisfação para ela. Mas, com essas atitudes eu consigo atender toda a população do Estado. A população precisa do Hospital do Câncer, eu estou lá ajudando; esse ano eu vou economizar 1 milhão e 200 mil reais, durante esse ano de 2018, nós vamos comprar um angiógrafo para o Hospital de Base para fazer cateterismo para todas as pessoas do Estado de Rondônia. Então, é a forma que a gente está fazendo para

investir na população, para voltar para o contribuinte e nós, a classe política, temos que abrir esse olho agora, a população está insatisfeita conosco, nós custamos muito caro, essa máquina custa muito caro e eu postei lá, eu falei: eu sou favorável a uma redução de 50%, isso, vamos cortar na carne, vamos começar por nós; corta 50% dos orçamentos de todas as Câmaras Municipais, de todas as Assembleias Legislativas, da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, do Senado Federal que serão dezenas, centenas de bilhões que serão economizados para devolver para a população em serviços públicos. Porque quando nós estamos aqui, a população chutando desse jeito, fazendo greve por causa do movimento como esse, o Congresso Nacional para manter foro privilegiado de meia dúzia de investigados, cria um Fundo de dois bilhões e meio, a vergonha nacional que é esse tal de Fundão que foi criado para financiar a campanha política com o dinheiro público, enquanto tem gente morrendo nas filas do hospital, enquanto tem aluno sem conseguir estudar, enquanto a segurança é um caos no Brasil inteiro e nós não podemos aceitar isso. Por isso eu quero parabenizar Vossa Excelência, eu já tive a oportunidade de te convidar uma vez, eu falei: Deputado Marcelino, vai comigo, eu sei que você não gosta de fazer barulho, você não gosta de divulgar; mas, vá comigo lá no meu gabinete que eu vou fazer uma foto contigo. Isso que eu estou falando, Vossa Excelência vai confirmar aqui. Eu quero fazer uma foto contigo, para eu postar e colocar lá para sua região, eu pulsionar lá para Ouro Preto, falar aqui: eu estou aqui com o meu professor, a pessoa que me ensinou que a economia que eu faço no meu gabinete, eu posso devolver para população. Porque ele já tinha esse compromisso com o Presidente Maurão de Carvalho. Chamei, Vossa Excelência ficou assim, assim sem querer, do jeito dele, não quis, não quis, Deputado Jean, que eu fizesse, divulgasse para ele lá na região dele, que ele foi pioneiro, que ele é um exemplo para mim aqui dentro da Assembleia Legislativa. O Senhor, Vossa Excelência, é um exemplo para mim, eu falo isso em todo canto aqui dentro da Assembleia Legislativa. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – O Deputado Marcelino vai lá, com certeza, eu estou fazendo o compromisso que ele vai lá ao seu gabinete tirar essa foto.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Obrigado Deputado Aécio da TV. Mas, só para poder encerrar aqui, que o Deputado Jean tem vinte minutos, eu tenha que estar aqui para também ouvir Vossa Excelência. Mas, é como eu digo, se nós que fazemos parte dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, se tivermos um pouco mais de consciência, dinheiro aparece, dinheiro existe. Agora, como eu falei aqui, se for para poder gastar de qualquer maneira, aí ele não existe, ele vai faltar, quando vai fazer o orçamento deixa tantinho assim para ações que têm de ser efetivas para investimento para que o Brasil seja um grande Brasil. O mundo buscou isso, e quem buscou isso está vivendo bem e nós precisamos buscar esse entendimento. E aí é como falou aqui o Deputado Jean Oliveira, que ele também vai falar nas suas palavras e o Deputado Cleiton Roque, que o Executivo, Legislativo e o Judiciário, têm que cortar as suas mordomias e seus privilégios, para que esses recursos sejam destinados a investimentos no Estado de Rondônia, mas, aonde? Na educação, na segurança, na saúde, investimentos em todo segmento, porque se não tiver isso, nós vamos perecer cada vez mais. As Prefeituras do nosso Estado de Rondônia, Deputado Follador, como Vossa Excelên-

cia foi Prefeito lá em Cacaulândia, a maioria delas estão em dificuldades, dificuldade mesmo, e às vezes não é por dificuldade financeira, mas, dificuldade daquilo que ao longo do tempo foi crescendo e não houve o estancamento. A cidade de Ouro Preto do Oeste, Deputado Follador, ela tem 1.500 funcionários efetivos, como que ela vai fazer para poder prestar, fazer boas estradas vicinais, uma boa saúde, limpezas públicas bem-feitas e fazer investimentos? Porque infelizmente quando eu ouço que o poder público abre concurso público, aí isso me esmorece cada vez mais, não é que eu sou contra o servidor público nem também contra concurso. Mas, eu acho que tem que ser dentro da normalidade, para que aqueles recursos outros que sobram irem para investimento, irem para a Prefeitura fazer mais obras, gerar rendas, gerar riqueza. Porque quando se transfere o imposto para cobrir o setor público, esse não é o caminho de um País que quer ter desenvolvimento, ter saúde, ter educação, ter segurança, o imposto, ele tem que ser destinado para que o Estado faça o seu trabalho, mas, que ele tenha condições de fazer investimentos. Infelizmente neste momento brasileiro, o Estado brasileiro na sua maior totalidade, não tem financeiro nenhum para fazer investimentos. Quero aqui cumprimentar o Prefeito de Mirante da Serra, Prefeito Adinaldo Andrade, Vereador Martins e também o Vereador Kiti dos Esportes. Está ali um Prefeito, ele não tem, e olha que o orçamento dele; não sei bem, mas são uns 30 milhões de reais, é isso Prefeito? Menor um pouquinho 28, 27? 26 milhões. Olha 26 milhões, ele não tem condições de tirar 1 milhão de reais, daqueles 26 milhões ou 1 milhão e meio de reais para fazer investimento na sua cidade. Então, são esses que também têm que começar a pensar na parte administrativa de cada Município brasileiro, quando os Municípios são fortes, o Estado é forte e o Brasil é forte, quando os Municípios empobrecem, todos nós empobrecemos. O Deputado Follador, quer uma palavra.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Só para que a gente..., o senhor está inscrito aqui também Deputado, o senhor não abriu mão ainda, após a nossa fala o senhor vai falar também. E aí só porque o Deputado Marcelino, já falou cinquenta minutos aqui.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu não poderia deixar de parabenizar o Deputado Marcelino, pelo seu discurso, falando um pouco da sua história política e também sobre a situação do País, do Estado de Rondônia, dos municípios. Mas, o seu discurso, parabenizar que isso é muito importante nesse momento nós temos que refletir, a população está chamando a classe política não só o Executivo, mas, o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público, Tribunal de Contas, nós precisamos onde está indo o dinheiro público, que seja analisado melhor. E nós temos que reestudar o impacto federativo, e, a população mora nos municípios, não mora no Governo Federal, não mora no Governo Estadual, é lá no município que se faz a maioria da estrada, maioria da saúde. Então, a nossa preocupação que seja reestudada essa pactuação. E dizer que nós sabemos hoje que criam muitos fundos também, isso também está lesando os municípios, às vezes deixam de passar para os poderes, mas, também os Municípios, 25% são dos Municípios e eu me preocupo quando tem muitos políticos que falam que são municipalistas, mas, quando vai comprar uma máquina, por exemplo, agora está sendo feita a licitação aí 156 milhões, o Estado é isento de pagar ICMS, os Municípios têm se comprar, têm pagar imposto, nós já entramos nesta Casa com um projeto, foi vetado e já fizemos uma indicação para que o Gover-

no mande, por que quando você isenta o Estado, ele automaticamente você está tomando os 25% que é do Município, todo mundo paga e o Governo Federal também é isento, é injusto. Por que a forma que está isentando, está tomando o dinheiro deles. A hora que se cria um Fundo como ontem na Comissão que o senhor viu lá, foi mandado um projeto para comprar 80 carros de passeio e 4 ônibus no valor de 7 milhões e 600 mil reais para combater a pobreza. Será que vai dá um carro desses para cada pobre? Nós seguramos lá na Comissão ontem e não tem lógica aprovar um projeto desse tipo, por um recurso que foi específico para combater a pobreza. E eu citei lá na Comissão que a maioria, pelo IBGE em Rondônia, a maioria da pobreza está na área rural, mais de 50%. Então esses nós temos que atingir 50% e lá dá um hectare de café irrigado com calcário, com adubo, com a muda para que ele sobreviva lá...

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Aí ele sai da pobreza.

O Sr. Adelino Follador – Aí que você combate a pobre, dá uma ferramenta que ele está precisando lá na área rural, para combater e na periferia aonde tem uma pobreza, detectar o que pode ser feito. Agora mandar um projeto para pegar 7 milhões e 600 mil reais para comprar 80 carros dizendo que vai combater a pobreza, mais os 4 ônibus, não tem lógica. Então hoje tem muitas pessoas que sentam na cadeira e faz de conta que o dinheiro público não vale nada. Então R\$ 100,00 no meu bolso tem que valer os mesmos R\$ 100,00 da Prefeitura, do Estado, o pessoal tem que ter essa noção, os Poderes também. Nós precisamos que todo mundo sente numa mesa, esses Fundos eu acho que tinha que acabar é tudo, para poder vir todo mundo, para poder reestudar isso daí, porque todo mundo faz um puxadinho. Vossa Excelência acredita Deputado Marcelino, Deputado Jean, meu irmão esses dias me chamou a atenção, ele tem uma casa aqui em Ariquemes e ele mora em Francisco Beltrão: eu vou fazer escritura aqui e vou registrar lá em Ariquemes. Por que é 30% do valor. Rondônia 20% paga para o Tribunal de Justiça, 7,5 para a Defensoria; 7,5 para a Procuradoria e 7,5 para o Ministério Público, dá 42.5% do bruto antes de começar a pagar a despesa do Cartório. Então o cartório se você vai fazer um carimbo, você já paga isso automaticamente para todos esses poderes. E aí a nossa escritura hoje, em Vilhena, o Cartório de Vilhena que a dona do cartório é minha amiga, que era lá de Ariquemes, está todo mundo indo no mato Grosso fazer por que lá é menos da metade do preço, aqui vai para o Amazonas. Então no Paraná estão fazendo escritura de Rondônia, que não é obrigado a fazer aqui, só lavra aqui. Então nós precisamos sentar e parar com aquela ganância; " não, eu vou aumentar que eu vou arrecadar mais". Aumentar imposto se arrecada menos, por que é mais gente que vai falir, é mais gente que deixa de arrecadar, é mais gente que vai fugir para poder arrumar outra opção. Então essa reflexão, Deputado Marcelino, eu estava até no gabinete atendendo um pessoal e eu ouvi o seu pronunciamento, eu não podia deixar de vir aqui endossar o trabalho que Vossa Excelência faz politicamente, eu tenho o maior prazer de ser seu parceiro na Comissão de Redação e Justiça, na Comissão de Agricultura. Estávamos questionando agora as mudas de café, já marcamos uma Audiência com o Pimentel para poder ver o recurso por que está licitando as mudas de café e ainda não está acontecendo o repasse do orçamento e aí está parado. Então agora junto, já estou marcando essa reunião, inclusive o Deputado Lazinho já comuniquei a ele para

nós irmos fazer uma reunião com o Pimentel para poder passar o orçamento para que não perca essa questão das mudas de café que estão sendo compradas, que é um investimento muito importante. Então nós temos que monitorar, o dinheiro existe, aquilo que o senhor falou, precisa analisar, enxugar, o Legislativo gasta muito, poderia gastar bem menos. E isso a população fica assistindo e é muito ruim para a classe política por isso, que hoje a classe política está nessa situação, nós precisamos rever isso. E esse momento é um momento adequado para refletir sobre isso. Obrigado, desculpa ter me prolongado, mas, eu acho que o seu pronunciamento foi de suma importância. Obrigado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Obrigado Deputado Follador. Presidente só para informar aqui um exemplo, quando o Governo Federal, Deputado Presidente Jean de Oliveira, quando ele fez aquela Medida Provisória de 60 dias diminuindo quarenta e seis centavos no litro da gasolina naquele momento ali o petróleo estava 74,05 centavos de dólar por barril, e o dólar estava 3,66 nesse exato momento o dólar está 77, aliás, o barril de petróleo 77.31 e o dólar 3,74, de lá para cá já subiu entre as duas pontas subiu quase 6,5% já, eu não sei o que é que a Petrobras agora vai fazer para segurar esse preço porque já subiu 6, o dia que ele fez o pronunciamento estava 74,50 e já comeu um pouco, mas, isso é decorrente, o dólar principalmente subindo é decorrente da nossa economia fraca e os investidores correm do nosso Brasil e o dólar aumenta. Mas, Presidente, obrigado pela sua paciência de ter passado uns 2 minutos a mais, mas, obrigado. Era só isso que eu tinha a falar nesta tarde aqui na tribuna da Assembleia Legislativa. Obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado Deputado Marcelino, Vossa Excelência colabora muito com esta Casa com seu pronunciamento. Quero aqui também cumprimentar a presença do Sr. Prefeito Adnaldo de Andrade, do Município de Mirante da Serra, seja bem-vindo, esta Casa lhe acolhe com todo carinho.

Deputado Marcelino, peço que Vossa Excelência assuma a presidência porque eu irei fazer uso da palavra nas Comunicações Parlamentares.

(Às 12 horas e 09 minutos, o Sr. Jean Oliveira passou a Presidência ao Sr. Marcelino Tenório).

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Encerrado o Grande Expediente, passamos as Comunicações de Lideranças. Não há Oradores inscritos, passamos às Comunicações Parlamentares. Com a palavra por 5 minutos, sem apartes, o Deputado Jean Oliveira.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a satisfação que nos traz a esta tribuna para poder dizer, utilizar esta tribuna para dizer do nosso apoio ao movimento dos caminhoneiros que estão em greve por conta desse desmando que anda a República do Brasil. Quero aqui, Presidente, dizer que não é oportunismo nenhum dizer que os caminhoneiros estão corretos e que eles nos representam e que nesse momento todos nós somos caminhoneiros. A iniciativa partiu deles, mas, o anseio é de todos nós, todos nós sem distinção alguma, por mais que estejamos na política, sejamos representantes da população, nós somos a população também, eu

me coloco junto com os caminhoneiros nesse ato importantíssimo para o Brasil, importante também para Rondônia. Chegamos ao momento em que a população não suporta mais a taxação de impostos não só no combustível como nos medicamentos, na alimentação, tudo que fazemos é taxado, nós no final tributamos para o País, não que discordamos desse processo dessa tributação, é necessário que se faça contribuição de cada um de nós para mantermos a máquina funcionando, mas, não dessa forma, com essa intensidade toda, até porque hoje todo tributo que o contribuinte passa para o Governo, ele não recebe de volta o benefício. Então, eu quero aqui dizer que apoio totalmente a greve dos caminhoneiros, sou favorável a esse movimento, como eu disse, fui contra o aumento de impostos aqui no Estado, tanto IPVA quanto ICMS, disse que não bastava somente derrubar o IPVA, mas, que também precisava derrubar o ICMS, esta Casa entendeu, a proposta chegou aqui para subir 1%, a Casa conseguiu conquistar, foi uma vitória de 0,5% a menos, eu não participei, não concordava nem com esse 0,5%, mas, ainda assim quero dizer que de tudo consegui livrar metade. Mas, o Brasil, esse ato dos caminhoneiros que não é só deles, é de todo nós, demonstra insatisfação com o sistema que vem sendo governado o Brasil e só existe uma maneira de mudar o sistema, é através da revolução. Historicamente pudemos observar que todos os ganhos que a população teve, todos os direitos que foram conquistados foram através de manifestos ou revoluções e nós precisamos permanecer manifestando e relutando quanto ao atual sistema, não dá mais para aceitar isso. Eu acredito, Deputado, que foi dito aqui de uma redução de máquina pública é necessário ser feita, nós temos que cortar sim na própria carne, não só do Poder Legislativo como do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da Defensoria Pública e temos também que cortar no Executivo. Nós, durante este mandato, fizemos várias reformas administrativas no governo, cada uma fazendo economia. Aprovamos a primeira economizando, a segunda economizando ainda mais, a terceira economizando ainda um pouco mais, mas é necessário fazer uma maior ainda. E os Poderes têm que acompanhar esta reforma, que seja feito encontro entre todos os Poderes e que não fique somente a cargo dos chefes dos Poderes, dos Presidentes das instituições, mas, que os membros possam participar e, nessa oportunidade, que seja feita uma discussão, nem que seja exausta essa discussão, mas, que a gente consiga, ao final da reunião, chegar a um denominador comum de que o Estado não aguenta mais essa taxação, esse tanto de tributo. Quero aqui, por fim, encerrar as minhas palavras dizendo a todos os caminhoneiros: continue em nesse movimento. Nós estamos sofrendo, evidentemente, mas, o sofrimento tem um preço, que é conseguir dias melhores para o futuro. Eu sei que não é fácil, nós temos pessoas que têm necessidades especiais, que estão sofrendo ainda mais. Mas, esse dia de sofrimento será compensativo lá na frente, compensatório lá na frente, porque nós precisamos readequar o sistema que nós estamos vivendo. Chegou o momento em que nós estamos gritando e pedindo socorro. E que esse exemplo venha lá de cima, venha do Congresso Nacional, venha do Governo Federal, mas, ainda que esse exemplo não seja feito por lá, nós aqui, Presidente, temos que fazer a nossa parte. O correto seria que a União, através do Governo

Federal e os Poderes de nível federal fizessem essa reforma, para que nós aqui, no âmbito estadual, pudéssemos acompanhar e os municípios da mesma forma. Mas se tiver que ser ao contrário, começar pelo Estado e pelos municípios, nós estamos aqui para poder defender essa questão, defender essa ideia. Nós não aguentamos mais o sistema adotado. O sistema adotado pela Petrobras, o qual o Presidente Michel Temer colocou, é totalmente equivocado, basicamente trabalha com números, não olha para a questão social, não olha para a vida das pessoas. O governo não colabora em nada no crescimento e no enriquecimento das pessoas, pelo contrário, cada vez tira mais. E aí a Petrobras faz uma política com números, sem observar que o combustível é que abastece a economia no ir e vir das pessoas, no transportar a produção desse País, e de forma irresponsável trata somente com números. Eu acho engraçado, Presidente, que no momento em que o dólar estava baixo, que o barril do petróleo estava baixo, o preço do combustível nunca caiu. Agora, fizeram uma política de acompanhar a alta do barril de petróleo e a alta do dólar, porque o barril de petróleo é cotado em dólar. Aí nós temos aqui o dólar crescendo no País, o barril de petróleo crescendo; então nós temos duas vezes um crescimento no valor do petróleo aqui no Brasil, mas, não é assim que deveria se comportar a Petrobras. A Petrobras deveria olhar, e se tivesse que subsidiar um pouco, porque ela não subsidia nada, o problema hoje não é só no tributo não. O problema hoje é também no valor que está saindo o combustível refinado da Petrobras, esse é o grande problema. Porque se esse valor fosse menor, nós teríamos um valor muito menor. Porque nós temos a tributação federal, a tributação estadual e por fim o lucro dos empresários donos de postos de gasolina. Se nós diminuíssemos a conta lá do valor do combustível refinado, a tributação cairia, porque é proporcional. Então, cada um centavo que sobe o preço do combustível, com essa alta tributação que tem o combustível no Brasil, ele acaba saindo do controle e chegando nesse absurdo que nós estamos vivendo. Então, meu manifesto a favor dessa greve dos caminhoneiros. E quero aqui reiterar, o que esta Casa puder fazer para colaborar; nós vamos fazer. E peço aqui, vou documentar na próxima Sessão, Deputado Marcelino Tenório, Presidente, que a Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa convoque o Secretário de Fazenda, o Secretário de Planejamento para que nós possamos discutir o quanto será impactante uma possível redução de impostos. Não basta somente cortar na carne os Poderes, basta também diminuir a tributação do combustível, que esse é o outro caminho que nós temos para diretamente atender o anseio dos caminhoneiros que transportam o progresso do Brasil. Muito obrigado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Parabéns, Deputado Jean, pelas suas colocações. E sobre o seu empenho também de estar junto com os caminhoneiros.

Para encerrar a Sessão, sobre os caminhoneiros também eu tenho essa convicção, eu os apoio nessa sua decisão, mas, eu queria que eles não abrissem mão de maneira alguma do PIS e COFINS que está incidente nos combustíveis, se os Estados, os Municípios e a União têm que se adequar, aí eles têm que se adequar, acabe com os seus privilégios, com os seus Ministérios, eu tinha um pensamento e acreditava que Michel Temer ia fazer isso: eu vou desonerar o preço dos combustíveis tirar o PIS/COFINS, mas vou editar uma Medida Provisória hoje e vou acabar com 9 Ministérios, que não fosse 9,

7. Eu duvidava qualquer Parlamentar brasileiro ou qualquer Senador da República se pronunciar contra essa decisão, mas, infelizmente, não foi esse caminho que ele tomou, o caminho que ele tomou foi tirar o imposto e agora colocar outro, então está trocando seis por meia dúzia, tira de um segmento e coloca para outro e no final a população brasileira continuará pagando essa alta taxa de impostos que o povo brasileiro continua pagando.

Não havendo mais Oradores inscritos e nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar esta Sessão convoco Sessão Ordinária para o dia 05 de junho, no horário regimental, às 15h00 e comunico a realização do Evento “Deputado por um dia” de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid no dia 01 de junho das 8 horas às 18 horas.

Está encerrada a Sessão.

**(Encerra-se esta Sessão Ordinária
às 12 horas e 21 minutos)**

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 411/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 06 (seis) diárias no período de 10 a 15/06/2018, ao servidor relacionado, que irá ministrar curso de Líder Coach-Liderando com Excelência, Alta Performance e Entrega de Resultados, no Distrito de Bom Jesus - Jaru - RO, conforme Processo nº. 0008805/2018-94.

Matricula: 200164234
Nome: Janilson Clenio Pereira Santos
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Div. de Biblioteca

Porto Velho - RO, 13 de Junho de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 412/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 20 a 23/06/2018, ao servidor relacionado, que irá ministrar curso de Líder Coach-Liderando com Excelência, Alta Performance e Entrega de Resultados, no município de Machadinho D'Oeste - RO, conforme Processo nº. 00008814/2018-02.

Matricula: 200164234
Nome: Janilson Clenio Pereira Santos
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Div. de Biblioteca

Porto Velho - RO, 13 de Junho de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
 Presidente Secretário Geral

ATO Nº 413/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 13 a 16/06/2018, ao servidor relacionado que se deslocará ao município de Ariquemes, Ji-Paraná e Presidente Médici - RO, para fazer acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Escola do Legislativo, entregar Certificados e participar do encerramento do curso de Cerimonial e Organização de Eventos no Poder Legislativo, conforme Processo nº.0008813/2018-01.

Matricula: 200163146
Nome: Isaque Lima Machado
Cargo: Diretor Geral
Lotação: Esc.Legislativo

Porto Velho - RO, 13 de Junho de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
 Presidente Secretário Geral

ATO Nº 414/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 13 a 16/06/2018, ao servidor relacionado para realizar serviços de motorista conduzindo o Diretor Geral Isaque Machado, que se deslocará ao município de Ariquemes, Ji-Paraná e Presidente Médici - RO, para fazer acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Escola do Legislativo, entregar Certificados e participar do encerramento do curso de Cerimonial e Organização de Eventos no Poder Legislativo, conforme Processo nº.0008813/2018-01.

Matricula: 200164479
Nome: Francisco D. da Luz Araújo
Cargo: Ast Técnico
Lotação: Diret. Adm da Esc. do Legislativo

Porto Velho - RO, 13 de Junho de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
 Presidente Secretário Geral

ATO Nº 415/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 13 a 17/06/2018 aos servidores relacionados que irão assessorar o Deputado Dr. Neidson na Comissão Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, em visitas as etnias no município de Guajará - Mirim - RO, conforme Processo nº. 0008864/2018-48.

Matricula: 200164208
Nome: Thiago Ruiz Felipe
Cargo: Assessor Parlamentar
Lotação: Dep.Dr.Neidson

Matricula: 200162669
Nome: José Evaristo da Silva
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 13 de Junho de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
 Presidente Secretário Geral

ATO Nº 416/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 13 a 17.06.2018 ao servidor relacionado que irá realizar visitas as etnias no município de Guajará-Mirim - RO, com a finalidade de conhecer os povos Indígenas e saber como ajuda-los, conforme Processo nº. 00008900/2018-81.

Matricula: 200162040
Nome: Raphael Costa Duarte
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 13 de Junho de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
 Presidente Secretário Geral

ATO Nº 417/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2018/ALE-RO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2018/ CPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 003666/2018-54

A **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, situada na Rua Major Amarantes, nº 390 – Bairro Arigolândia, em Porto Velho-RO, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 04.794.681/0001-68, daqui em diante denominada **ALE/RO**, representada, neste ato, por seu Presidente, Deputado **MAURO DE CARVALHO**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 287.641 SSP/RO, CPF nº 220.095.402-63, na forma regimental e, em conformidade com o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2018/ CPP/ALE/RO**, devidamente homologado à fl. 224, tendo sido publicado o Termo de Homologação em 08/06/2018 - **D.O – e - ALE nº 99** – página 1798, nos autos do **Processo Administrativo nº 003666/2018-54**, resolve nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como da Lei 10.520/02 e do Decreto 7.892/2013, REGISTRAR OS PREÇOS, em conformidade com o referido pregão e com as cláusulas e condições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por finalidade o **Registro de Preços para eventual e futura AQUISIÇÃO, RECARGA E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO**, a pedido da **Superintendência de Logística**, conforme especificações e exigências descritas no Termo de Referência– Anexo I do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2018/ CPP/ALE/RO**.

2. DOS PREÇOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na proposta são as constantes na tabela abaixo:

FORNECEDOR: GLOBAL EXTINTORES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP, com endereço na Rua Poti, 85 - Bairro Tupy, Porto Velho/RO, CEP 76.804-578, inscrita no CNPJ sob o nº 22.871.544/0001-61, representada por Dagmar Cesar Vieira, portador do CPF nº 691.155.161-72 e RG nº 11493690/SSP/MT. Email: capitalextingtores@hotmail.com; fone: (69) 3221-6868.

LOTE ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNI D	QTD	VLR UNT.
1	Aquisição de equipamentos de Extintores de água pressurizada de 10 (dez) litros. Água pressurizada, carga classe de fogo A, carga de 10Litros. Capacidade extintora 2A, tipo pressurização direta com indicador de pressão. Pressurizado com válvula em latão forjado, tipo intermitente, manômetro com capacidade de 0 a 21 KGF. Pré-tratamento do cilindro com fosfatização interna e externa, pintura de acabamento epóxi pó eletrostático, conforme norma NBR 11715 da ABNT de fabricação e para performance de capacidade extintora conforme norma NBR 9444, acompanhado de suporte de parede, ou piso e placa sinalizadora, com sua devida instalação. Casco com validade de 05 anos a contar da data de entrega. Conteúdo do casco com validade de 01 ano a contar da data de entrega.	UND	17	120,00

2	<p>Aquisição de equipamentos de Extintores de CO2 (dióxido de carbono) de 06 (seis) quilogramas. Carga de CO2 para classe de fogo BC com capacidade extintora 5-B:C e carga de 6kg, sendo o agente extintor dióxido de carbono com tempo de descarga mínimo de 8 segundos e pressão de trabalho mínima de 12.6 MPa, cilindro, válvulas de descarga, tubo-sifão, mangueira de descarga, esguicho difusor, punho, suporte do esguicho difusor e dispositivo de sustentação de acordo com a NBR 11716. Acompanhado do suporte de parede ou piso e placa sinalizadora, com sua devida instalação. Casco com validade de 05 anos a contar da data de entrega. Conteúdo do casco com validade de 01 ano a contar da data de entrega.</p>	UNID	19	280,00
3	<p>Aquisição de equipamentos de Extintores de CO2 (dióxido de carbono) de 04 (quatro) quilogramas. Carga de CO2 para classe de fogo BC com capacidade extintora 5-B:C e carga de 4kg, sendo o agente extintor dióxido de carbono com tempo de descarga mínimo de 8 segundos e pressão de trabalho mínima de 12.6 MPa, cilindro, válvulas de descarga, tubo-sifão, mangueira de descarga, esguicho difusor, punho, suporte do esguicho difusor e dispositivo de sustentação de acordo com a NBR 11716. Acompanhado do suporte de parede ou piso e placa sinalizadora, com sua devida instalação. Casco com validade de 05 anos a contar da data de entrega. Conteúdo do casco com validade de 01 ano a contar da data de entrega.</p>	UNID	3	250,00
4	<p>Aquisição de equipamentos de Extintores de PQS (Pó químico seco) de 08 (oito) quilogramas. Carga de pó de pressurização direta para classe de fogo ABC com capacidade extintora 3ª:20-B:C e carga de 08 kg, equipado com indicador de pressão, cilindro, válvula e mangueira de descarga, alça de transporte e dispositivo de sustentação de acordo com a NBR 10721. Acompanhado de suporte de parede ou piso e placa sinalizadora, com sua devida instalação. Casco com validade de 05 anos a contar da data da entrega. Conteúdo do casco com validade de 01 ano a contar da data de entrega.</p>	UNID	3	120,00
5	<p>Aquisição de equipamentos de Extintores de PQS (Pó químico seco) de 06 (seis) quilogramas. Carga de pó de pressurização direta para classe de fogo ABC com capacidade extintora 3ª:20-B:C e carga de 06 kg, equipado com indicador de pressão, cilindro, válvula e mangueira de descarga, alça de transporte e dispositivo de sustentação de acordo com a NBR 110721. Acompanhado de suporte de parede ou piso e placa sinalizadora, com sua devida instalação. Casco com validade de 05 anos a contar da data da entrega. Conteúdo do casco com validade de 01 ano a contar da data de entrega.</p>	UNID	19	120,00
6	<p>Aquisição de equipamentos de Extintores de PQS (Pó químico seco) de 04 (quatro) quilogramas. Carga de pó de pressurização direta para classe de fogo ABC com capacidade extintora 3ª:20-B:C e carga de 04 kg, equipado com indicador de pressão, cilindro, válvula e mangueira de descarga, alça de transporte e dispositivo de sustentação de acordo com a NBR 110721. Acompanhado de suporte de parede ou piso e placa sinalizadora, com sua devida instalação. Casco com validade de 05 anos a contar da data da entrega. Conteúdo do casco com validade de 01 ano a contar da data de entrega.</p>	UNID	1	120,00

7	Recarga e teste hidrostático em extintores de água pressurizada de 10 (dez) litros, conforme especificações da NBR 12962 e NBR 13485.	UNID	82	30,00
8	Recarga e teste hidrostático em extintores de CO2 (gás carbônico) de 04 (quatro) quilogramas, conforme especificações da NBR 12962 e NBR 13485.	UNID	14	30,00
9	Recarga e teste hidrostático em extintores de CO2 (gás carbônico) de 06 (seis) quilogramas, conforme especificações da NBR 12962 e NBR 13485.	UNID	91	50,00
10	Recarga e teste hidrostático em extintores de PQS (Pó químico seco) de 08 (oito) quilogramas, conforme especificações da NBR 12962 e NBR 13485.	UNID	11	40,00
11	Recarga e teste hidrostático em extintores de PQS (Pó químico seco) de 06 (seis) quilogramas, conforme especificações da NBR 12962 e NBR 13485.	UNID	92	35,00
12	Recarga e teste hidrostático em extintores de PQS (Pó químico seco) de 04 (quatro) quilogramas, conforme especificações da NBR 12962 e NBR 13485.	UNID	1	40,00

3. VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação no D.O – e – ALE/RO, não podendo ser prorrogada.

4. REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.9.1. por razão de interesse público; ou

4.9.2. a pedido do fornecedor.

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1. As condições gerais do fornecimento e da manutenção, como prazos para entrega e recebimento do objeto, bem como, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do Edital.

5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas (02) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Porto Velho – RO, 11 de junho de 2018.

Deputado Mauro de Carvalho
PRESIDENTE

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

Dagmar Cesar Vieira
Representante Legal
GLOBAL EXTINTORES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.

ADVOCACIA GERAL

Extrato Termo de Convênio 08/2018
Processo Administrativo n. 01548/2018-91

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO
Contratada: Belo Dente Odontologia Ltda

DO OBJETO: 1.1. Constitui objeto do presente TERMO DE CONVÊNIO a consignação em folha de pagamento dos servidores da ALE/RO, visando o débito das mensalidades e outros valores dos planos de saúde odontológicos disponibilizados pela BELO DENTE. 1.2. Somente será autorizado o desconto em folha do servidor, comissionado e estatutário, quando voluntariamente, de forma expressa, aderirem ao plano.

DO PRAZO: 3.1. Este CONVÊNIO vigorará pelo prazo de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura. 3.2. A falta de apresentação de qualquer documento indispensável ao credenciamento da BELO DENTE ensejará suspensão da vigência deste termo até a devida regularização.

DO VALOR: 8.1. O presente instrumento não é oneroso para as ambas as partes.

9.1. Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente TERMO DE CONVÊNIO, o qual depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes aditantes e em 03 (três) vias de igual teor, com visto do Senhor Advogado Geral Adjunto desta Casa Legislativa, e registrado às fls. 08 (oito) do Livro de Registro de Contratos do ano de 2018 da Advocacia Geral.

Porto Velho, 16 de Abril de 2018.

Deputado Mauro de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes Da Silva
Secretário-Geral

Luiz Antonio Dutra Ladeira
Representante Legal
Belo Dente Odontologia Ltda
CONVENIADA

Marta Cristina Portes Siqueira
Representante Legal
Belo Dente Odontologia Ltda
CONVENIADA

Visto:
Whanderley da Silva Costa
Advogado Geral Adjunto

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

ATO Nº 004 MD-SPO/2018

Porto Velho, 14 de junho de 2018.

Abre no Orçamento-Programa Anual da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 883.637,78 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei nº 4.231, de 28 de dezembro de 2017, § 1º, do artigo 8º, Lei Orçamentária Anual.

RESOLVE

Art. 1º Fica aberto no Orçamento-Programa da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, Crédito Adicional Suplementar para atendimento de Despesa Capital, conforme abaixo:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
REDUZ				
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
01.001.01.122.1020.2062	MANTER A ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	4.4.90.51	100	883.637,78
TOTAL				883.637,78

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
SUPLEMENTA				
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
01.001.01.122.2013.1204	CONSTRUIR E IMPLANTAR A NOVA SEDE DO PODER LEGISLATIVO	4.4.90.92	100	883.637,78
TOTAL				883.637,78

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária no montante acima especificado.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral